

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO**

**O TRADICIONAL NO MODERNO: RUPTURAS E  
CONTINUIDADES NA AVICULTURA INTEGRADA  
NO MUNICÍPIO DE ANTA GORDA/RS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Fabricio Teló**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

# **O TRADICIONAL NO MODERNO: RUPTURAS E CONTINUIDADES NA AVICULTURA INTEGRADA NO MUNICÍPIO DE ANTA GORDA/RS**

**por**

**Fabricio Teló**

Trabalho de Conclusão de Curso  
de Graduação apresentado ao curso  
de Ciências Sociais como requisito  
parcial para a obtenção do grau de  
Bacharel em Ciências Sociais

**Orientador: Prof. Dr. Cesar De David**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia

**O TRADICIONAL NO MODERNO: RUPTURAS E  
CONTINUIDADES NA AVICULTURA INTEGRADA NO  
MUNICÍPIO DE ANTA GORDA/RS**

elaborada por

**Fabricio Teló**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Sociais**

**Comissão Examinadora**

---

**Prof. Dr. Cesar De David (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

---

**Profª. Drª. Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM)**

---

**Profª. Drª. Carmen Rejane Flores Wizniewsky (UFSM)**

**Santa Maria, 15 de dezembro de 2011.**

Dedico este trabalho a três guerreiros,  
cujo trabalho intenso e constante permitiu que  
eu concluísse este trabalho e esta graduação:  
Antônio, Tereza e Fernando.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma tentativa de retribuição ao investimento feito pela minha família e pela sociedade brasileira, através do Estado, na minha formação, a quem sou muito grato. Devo, contudo, agradecer especialmente:

- ao professor Cesar De David, que me acolheu no GPET, desde o primeiro semestre da faculdade e que além de orientador foi um grande amigo que me incentivou a superar desafios e a encarar a vida de frente;

- aos meus pais, Antônio e Tereza, que me apoiaram em todos os momentos e de todas as formas, que me amam, se sacrificam, torcem por mim e a quem devo a minha existência;

- à minha irmã Verônica e sua família, por ter me cuidado quando bebê e por todo carinho recebido em toda a minha vida;

- ao meu irmão Fernando e sua família pela compreensão e bem-querer e por tanto suor escorrido no trabalho lá em casa;

- à minha irmã caçula, a Mônica, pelas coceguinhas, pela convivência, pelos comentários, pelos abraços, pelos momentos de tensão e comemoração, enfim pela partilha da vida;

- aos colegas e professores do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET), com quem aprendi a dar os primeiros passos do fazer acadêmico e com quem compartilhei muitos momentos de lazer, organização de eventos, seminários e discussões interessantes;

- à professora Maria Catarina, pelas aulas de Antropologia e pela convivência no curso de Ciências Sociais e à professora Carmen, pelo aprendizado que me oportunizou no GPET e nas aulas de Escola do Campo, mas sobretudo pela disponibilidade de ambas para avaliar este trabalho;

- aos colegas, funcionários e professores do Curso de Ciências Sociais, que fizeram com que esses últimos quatro anos da minha vida fossem mais alegres e produtivos e me mostraram novas formas de ver e entender o mundo, especialmente ao Juliano, por partilhar comigo sua exemplar humildade, suas ideias, seus medos, seus projetos, enfim, por ser meu amigo;

- aos colegas da Diretoria da Casa do Estudante Universitário (CEU II) das gestões Atuação e MovimentaCEU e do movimento estudantil em geral,

que, através da própria prática, me ensinaram que a vida não se resume aos livros e à academia e me chamaram atenção para o meu papel na sociedade enquanto estudante, especialmente à Márcia, ao Jeser e ao Toni;

- aos os meus parentes que contribuíram para minha formação, especialmente, aos meus padrinhos, Sérgio e Maria e à família do Tio Paulo, pela compreensão e pela possibilidade de ter convivido com a Bruna durante o primeiro ano da faculdade;

- à Fapergs pelos dois anos de bolsa de iniciação científica, que me permitiram não precisar trabalhar e me dedicar inteiramente aos estudos;

- à UFSM e ao Estado brasileiro, pela assistência estudantil que me oportunizou o acesso e a permanência no ensino superior;

- às secretarias municipais de agricultura e finanças do município de Anta Gorda pela disponibilização das informações sobre a avicultura pertinentes a este trabalho;

- aos criadores de frango e suas famílias que me acolheram em suas residências e compartilharam comigo uma parte de suas vidas para a realização deste trabalho;

- enfim, agradeço a todas as pessoas com quem convivi e, de uma forma ou de outra, contribuíram para minha formação e para a realização deste trabalho.

## RESUMO

A modernização da agricultura no Brasil gerou diversas transformações econômicas sociais e culturais para os agricultores e para a sociedade em geral. Nesse contexto, a avicultura está na vanguarda, sendo um dos setores mais modernizados e tecnificados. Nos estudos sobre o meio rural há um debate em torno das consequências dessa definição para os sujeitos do campo. Um grupo considera que a modernização transformou os camponeses em agricultores profissionais e outro grupo compreende que os camponeses mantiveram sua identidade e se modernizaram a fim de se adaptar ao contexto. O objetivo deste trabalho foi identificar quais os elementos de campesinidade que permanecem vigentes na caracterização social dos criadores de frango vinculados ao sistema de integração no município de Anta Gorda, tendo em vista sua intensa modernização. As categorias analíticas utilizadas para a análise foram as noções de ruptura e continuidade propostas por Wanderley (2003) e o conceito de colono teorizado por Tavares dos Santos (1978), Tedesco (1999) e Seyferth (1993). Discutiu-se, para isso, o funcionamento do sistema de integração na avicultura e as complexidades da relação integrado X agroindústria. As conclusões a que se chegou foram que a modernização gerou um conjunto de rupturas, dentre as quais destacam-se a perda da autonomia típica do campesinato, o crescimento do individualismo, o enfraquecimento de instituições como a Igreja e a família e a subordinação do agricultor à indústria. Por outro lado, existe um conjunto de características que *continuam* se reproduzindo conforme a tradição, mesmo no contexto da modernidade: a centralidade da família como núcleo estruturante do trabalho e do comportamento em geral, a valorização da comunidade como um ambiente de socialização, o uso do dialeto vênето e de uma linguagem específica, a prática do filó, dentre outras. Percebeu-se, por fim, que o colono incorpora as influências da modernidade a partir do seu *ethos* de colono e as reifica conforme seu *habitus*.

**Palavras-chave:** Avicultura, Sistema de Integração, Campesinidade, Anta Gorda/RS.

## ABSTRACT

Agriculture modernization in Brazil has generated many social, economic and cultural transformations for farmers and society in general. In this context, the aviculture is in the vanguard, being one of the sectors most modernized and technified. In studies about the rural space there is a debate about the consequences of this definition for the field individuals. One group believes that the modernization has transformed the peasants into professional farmers and another group considers that peasants have maintained their identity and have modernized in order to adapt to the context. The aim of this work was to identify which are the peasantry elements that remain existing in the social characterization of the poultry creators linked to the Integration System in Anta Gorda/RS, despite its intense modernization. The analytical categories used for the analysis were the notions of rupture and continuity proposed by Wanderley (2003) and the concept of *colono* theorized by Tavares dos Santos (1978), Tedesco (1999) and Seyferth (1993). It was discussed, for this, the operation of the integration system in the poultry and the complexities of the relationship between integrated X agribusiness. The conclusions we arrived at were that modernization has generated a set of breaks, among which stand the loss of autonomy typical of the peasantry, the increasing of individualism, the weakening of institutions like the church and the family and the farmer subordination to the industry. On the other hand, there is a set of characteristics that keep reproducing according to the tradition, even in the context of modernity: the centrality of the family as the nucleus structuring of work and behavior in general, the valuation of the community as a space for socialization, the use of Venetian dialect and a language specific, the practice of *filó*, among others. It was seen, finally, that the *colono* incorporates the influences of modernity through its *colono* ethos and reifies by their habitus. It was seen, finally, that the *colono* incorporates the influences of modernity from its *colono* ethos and reifies them according to his habitus.

Key-words: Aviculture, Integration System, Peasantry, Anta Gorda/RS.



## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1:** Mapa de localização de Anta Gorda no estado do Rio Grande do Sul.

**Figura 2:** Estabelecimento avícola modelo.

**Figura 3:** Exemplo de aviário antigo.

**Figura 4:** Exemplo de aviário moderno.

**Figura 5:** Placa na entrada de um aviário proibindo a entrada de pessoas estranhas.

**Figura 6:** Produção de gêneros alimentícios em conjunto com a avicultura.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 OS DIFERENTES OLHARES SOBRE OS SUJEITOS DO CAMPO .....</b>	<b>15</b>
1.1 Uma abordagem estruturalista: o campesinato como produto das contradições do capitalismo .....	16
1.2 Uma perspectiva compreensivista: a agricultura familiar como uma nova racionalidade .....	20
1.3 Campesinato e Agricultura Familiar - rupturas e continuidade: a contribuição de Maria Nazareth Wanderley .....	24
<b>2 O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO NA AVICULTURA E OS TRABALHADORES NELA ENVOLVIDOS .....</b>	<b>29</b>
2.1 A modernização da agricultura: o complexo avícola na vanguarda....	29
2.2 O sistema de integração: uma estratégia do capital industrial .....	33
<b>3 CAMPESINIDADES QUE PERSISTEM: A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE NA AVICULTURA EM ANTA GORDA .....</b>	<b>43</b>
3.1 Os pressupostos conceituais da análise .....	43
3.2 A relação integrado x agroindústria: a campesinidade em questão ...	46
3.3 Rupturas e continuidade na avicultura integrada em Anta Gorda .....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>68</b>

## INTRODUÇÃO

A avicultura<sup>1</sup> brasileira, especialmente a integrada às grandes agroindústrias, é a concretização mais nítida do processo de modernização do campo no Brasil, por sua estrutura altamente tecnicizada, por seu forte nível de inserção nos mercados nacionais e internacionais e pela forma como está organizada e orientada a produção. É um exemplo por excelência da vinculação da agricultura aos Complexos Agroindustriais, pois está totalmente ligada e dependente de uma agroindústria com a qual o produtor firma um contrato. É, portanto, um dos setores da agricultura mais integrados à lógica do sistema capitalista na sua fase global.

A modernização da agricultura é, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da expansão do capitalismo no campo e, nesse sentido, contribui largamente para um processo de produção agrícola voltado principalmente à busca de rentabilidade na forma de dinheiro, através da minimização dos custos e da maximização da produtividade. Para isso, é necessário ao produtor agrícola que ele tenha a maior parte de sua produção voltada ao mercado, que esta produção seja especializada e que ele faça uso de equipamentos, insumos e outros produtos cuja origem é industrial. Como consequência, haverá um distanciamento do produto final de seu trabalho, ou seja, o resultado de seu trabalho será apenas um objeto para ser vendido, apenas uma mercadoria e não algo que terá utilidade direta a quem o produziu. A este tipo de ordenamento, Ploeg (2008) denomina “Império”.

Essa lógica hegemônica é diferente da lógica camponesa, em que o agricultor participa de todas as etapas do processo de produção e, mesmo destinando o excedente de sua produção ao mercado, direciona sua produção à subsistência da família. Assim, ao observarmos apenas esses aspectos da realidade, poderemos considerar que o campesinato é apenas uma categoria do passado e que não serve mais como instrumento para se estudar a

---

<sup>1</sup> Atividade econômica baseada na criação de aves, especificamente frango de corte.

realidade atual, visto que a maior parte dos produtores de hoje, especialmente os criadores de frango de Anta Gorda, está inserida na lógica do Império. No entanto, existem outros elementos, característicos do *ethos* camponês que, apesar de todos os elementos supracitados, conseqüentes do desenvolvimento do capitalismo no campo, ainda resistem e se reproduzem através dos valores camponeses, tais como o convívio entre os vizinhos, o trabalho de base familiar, a pequena produção de variedades de alimentos que garantem segurança alimentar, características típicas de um camponês tradicional que podem ser resumidas no tripé Terra, Trabalho e Família (MARQUES, 2004; TEDESCO, 1999).

Partindo do pressuposto de que há um entrecruzamento entre as lógicas da agricultura moderna e da agricultura camponesa na realidade dos produtores integrados às agroindústrias do setor avícola do município de Anta Gorda/RS, este trabalho tem por objetivo identificar quais os elementos da lógica camponesa que resistem nesse contexto e como se dá a convivência de duas tendências (moderna e tradicional) de se pensar a vida e o mundo nesse grupo social.

O município de Anta Gorda foi escolhido como local de pesquisa por ser a cidade de origem do pesquisador, o que facilitou sobremaneira o deslocamento até as residências dos criadores no momento do trabalho de campo. Pertencente à microrregião denominada Vale do Taquari, considerada uma das regiões mais modernizadas do estado, Anta Gorda emancipou-se do município de Encantado no ano de 1963. Em 2010, sua população total era de 6.073 habitantes, sendo 3.742 (61,6%) moradores da zona rural e 2.331 (38,4%) da zona urbana (IBGE, 2010).

A base de sua economia é a agropecuária, sendo as atividades principais a produção de leite, fumo, milho, frangos e suínos. Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de finanças da prefeitura municipal, o valor da produção avícola no ano de 2010, que irá representar no retorno de ICMS do

ano 2012, é de 7,34%, ou seja, para o ano 2012, a cada R\$ 100,00 de retorno de ICMS ao município de Anta Gorda, R\$ 7,34 são providos da avicultura.<sup>2</sup>

No mapa a seguir (Figura 1), pode-se identificar a localização do município de Anta Gorda no território do Rio Grande do Sul:

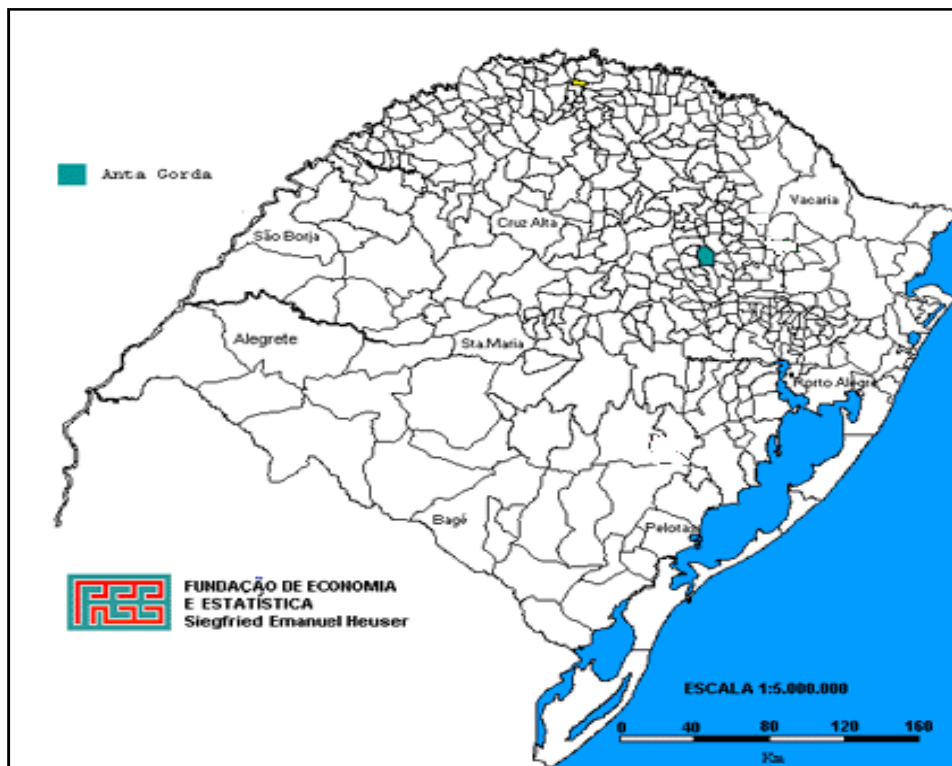


Figura 1 - Localização do município de Anta Gorda no território do Rio Grande do Sul.  
Fonte: FEE, 2011. Disponível em <http://www.riogrande.com.br/municipios/antagorda1.htm>. Acesso em 05/12/2011. (Adaptado).

As ferramentas metodológicas utilizadas foram: realização de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa e análise do discurso proferido nestas entrevistas. Para Gaskell (2002, p. 65), “a compreensão do mundo da vida dos entrevistados e dos grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa”. Para Boni e Quaresma (2005), só a entrevista é capaz de obter dados subjetivos dos sujeitos sociais, tais como valores, opiniões, formas de enxergar os fatos. A entrevista semi-estruturada se baseia em um roteiro de questões a serem levantadas e postas à avaliação

<sup>2</sup> De acordo com a Federação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE), no ano de 2008, 46,61% do PIB de Anta Gorda provinha da agropecuária, 45,26% dos serviços e 8,13% da indústria. Considerando-se que grande parte dos serviços prestados no município é destinada às pessoas que trabalham no meio rural, percebe-se a importância que a agricultura possui para o município e a relevância da avicultura para este setor.

do entrevistado. É diferente de uma entrevista aberta em que o pesquisador introduz um tema e o entrevistado é livre para discorrer sobre o mesmo e é também diferente de um questionário fechado em que não há espaço para perguntas não planejadas inicialmente no roteiro. Em suma, foram realizadas conversas em forma de visitas às famílias de 18 criadores e de quatro ex-criadores<sup>3</sup>.

O uso da análise do discurso se justificou pelo fato de pressupor que a linguagem externaliza, de forma indireta, elementos da ideologia dominante num determinado contexto. Para Silva (2009), o discurso, enquanto unidade de análise, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. O ato de enunciar é revelador das condições históricas do contexto e tem relação com as formações imaginárias, ou seja, a imagem que o entrevistado tem do lugar em que vive. É, portanto, circunstancial e condicionado pelo contexto. Nesse sentido, analisar o discurso dos sujeitos foi uma forma de investigar quais são os valores que estão por trás de cada fala e que sustentam a vivência de tais sujeitos.

No primeiro capítulo serão apresentadas as principais correntes teóricas, suas convergências e divergências a respeito dos sujeitos do campo no Brasil: a corrente que propõe a recriação do campesinato como produto das contradições do capitalismo, a corrente que postula o desaparecimento desta categoria substituída pelos agricultores familiares modernos e, por fim, a proposta de Maria Nazareth Wanderley, que pode ser concebida como a conciliação do conflito entre as duas teorias.

No capítulo segundo será discutido o processo de contratualização dos criadores de frango, como ocorre a dinâmica produtiva no sistema de integração e como se dá a relação dos integrados com a agroindústria. O capítulo abordará ainda a natureza da relação de trabalho que se estabelece entre esses dois campos, uma vez que, por um lado se assemelha a um negócio entre partes iguais e, por outro, aproxima-se de uma relação de assalariamento.

---

<sup>3</sup> O fato de o pesquisador conhecer parte dos entrevistados ou, ao menos, ter sua família conhecida por eles facilitou o acesso e o diálogo.

Por fim, o último capítulo discutirá os resultados da pesquisa empírica, tendo por base as teorias apresentadas no início do trabalho, procurando compreender como se dá a vivência do tradicional com o moderno, do camponês com o agricultor familiar e identificando as características sócio-culturais e econômicas típicas do campesinato que permanecem vivas no cotidiano dos sujeitos da pesquisa.

## **1 OS DIFERENTES OLHARES SOBRE OS SUJEITOS DO CAMPO**

Nos estudos acerca dos sujeitos do campo no Brasil, diversas interpretações e teorias foram construídas. Uma corrente de autores postula que o campesinato se organiza através de relações não-capitalistas de produção dentro do próprio modo de produção capitalista, sendo sua criação produto das contradições da reprodução ampliada do capital (MARTINS, 1979) e as transformações sofridas por esses sujeitos em função da modernização da agricultura não foram suficientes para lhes suprimir a identidade camponesa, ao contrário teria sido uma estratégia de reprodução desta identidade (PAULINO, 2006). Outra corrente teórica defende que tais transformações teriam transformado o camponês tradicional em agricultor profissional, em função de sua adesão às novas tecnologias e ao fato de estar integrado ao mercado (ABRAMOVAY, 1992/1998). Já uma terceira interpretação parte da ideia de que o camponês tradicional sofreu transformações e se tornou um agricultor moderno, porém sem perder suas raízes históricas firmadas no contexto da tradição camponesa, restando ao pesquisador a tarefa de identificar as rupturas e continuidades entre os agricultores modernos e o camponês tradicional (WANDERLEY, 2003).

Este trabalho não está filiado a nenhuma dessas correntes, apesar de estar mais próximo desta última abordagem. Neste capítulo serão apresentadas essas diferentes interpretações na intenção de identificar em que medida cada uma delas pode contribuir para o entendimento da realidade social dos sujeitos desta pesquisa.



### **1.1 Uma abordagem estruturalista<sup>4</sup>: o campesinato como produto das contradições do capitalismo**

Inspirada em José de Souza Martins<sup>5</sup>, esta corrente teórica compreende o campesinato como produto das contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, para que possa ocorrer a reprodução ampliada do capital no campo, é necessário haver relações não-capitalistas de produção. Este autor chegou a estas conclusões ao estudar o regime do colonato nas fazendas de café em São Paulo, no qual os colonos imigrantes europeus recebiam o direito de trabalhar na terra dos fazendeiros sob a condição de cultivar os cafezais. Criaram-se, portanto, formas de vida camponesas, as quais permitiam aos proprietários das terras que eles realizassem a reprodução ampliada de seu capital, ou seja, que eles comprassem novas fazendas e passassem a acumular capital, às custas do trabalho camponês.

Esta teria sido uma estratégia da elite agrária brasileira para manter seu *status quo*, visto que o escravismo estava prestes a ruir e era preciso mão-de-obra livre para substituir a mão-de-obra cativa. Estabeleceu-se, portanto, em 1850, a Lei de Terras, segundo a qual a terra passaria a ser comprada e vendida a fim de não permitir aos escravos libertos, ou aos imigrantes, que eles tivessem acesso à terra e se obrigassem a se submeter ao cultivo do café em suas fazendas através do regime de colonato. Relações não-capitalistas de produção foram, então, produzidas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo.

Esta contribuição de Martins (1979) tornou-se clássica para a sociologia rural brasileira pelo seu ineditismo e capacidade de síntese. O regime do colonato, no entanto, não foi predominante em todas as regiões do Brasil. No Sul, por exemplo, apesar da Lei de Terras, os imigrantes receberam auxílios

---

<sup>4</sup> O estruturalismo é entendido aqui como o método de análise sociológica que privilegia o estudo das influências ou determinações da estrutura/sociedade sobre a parte/indivíduo nas formações sociais. É uma abordagem utilizada geralmente pelos autores fundamentados na teoria marxista.

<sup>5</sup> Professor aposentado de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

dos governos provinciais e puderam ter acesso a pequenos lotes de terra, chamados de colônias, em geral de 48 hectares e distribuídos aos colonos, os quais, como condição, estavam proibidos de possuírem escravos (TAVARES DOS SANTOS, 1978). O campesinato, nesse contexto, não seria um produto das contradições do modo de produção capitalista, tal como postulou Martins (1979), mas foi produto de uma política governamental local.

Neste caso o campesinato poderia ser entendido como produto do capitalismo apenas de forma indireta, no sentido de que se torna interessante para o processo de acumulação de capital que existam sujeitos sociais que recebem um valor inferior ao que lhe é devido na venda das mercadorias que produz, como apontou Tavares do Santos (1978) <sup>6</sup>. Nesse contexto, quando o camponês se relaciona com o setor industrial, na venda de sua produção, ocorre a subordinação formal do trabalho camponês ao capital, porque o industrial se apropria do sobre-trabalho do camponês ao não pagar o valor devido aos produtos, ou seja, o dinheiro que o camponês recebe pela mercadoria que vende é inferior ao valor de fato desta mercadoria, tendo em vista a quantidade de trabalho e recursos investidos para a produção de tais mercadorias. Esse fato acontece porque a definição dos preços das mercadorias agrícolas, na maioria das vezes, é feita por setores alinhados ao grupo dos empresários.

No caso dos avicultores integrados esta subordinação é ainda mais explícita, uma vez que a remuneração de cada lote é determinada unilateralmente pela empresa, frequentemente com valores inferiores ao necessário para que o integrado possa ter uma vida digna. Numa conjuntura em que é a indústria quem controla o processo de produção do camponês, a propriedade da terra aparece como uma garantia de uma relativa autonomia, frente às regras impostas no que se refere a técnicas de produção, infraestrutura, possibilidade ou não de combinação com outras atividades, entre outros. Então, embora o pequeno produtor seja o dono da terra, a autonomia,

---

<sup>6</sup> O autor estudou o processo de apropriação da renda da terra, produzida pelos colonos do vinho na região serrana do Rio Grande do Sul, por parte do capital industrial, durante a década de 1970.

característica elementar na constituição do sujeito camponês, é reduzida ou quase extinta pelos contratos firmados com as agroindústrias.

Paulino (2006) também compreende o processo de recriação do campesinato como produto das contradições do capitalismo. Para a autora, as transformações decorrentes da modernização e tecnificação da agricultura, bem como os processos de integração às agroindústrias, não são suficientes para promover o desaparecimento do campesinato enquanto classe social. Ao contrário, esta adaptação dos camponeses à nova realidade constituiria um processo de resistência, “um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 21), ou seja, diante da realidade que os obriga a se modernizar, é melhor fazê-lo e, então, poder ter condições de lutar por autonomia e pela reprodução de sua identidade, do que não se adaptar e acabar sendo expropriado de todos os bens e acabar se proletarizando.

Em sentido semelhante, Ploeg (2008) critica os cientistas sociais que desconsideram a existência do campesinato ou entendem-no como uma categoria do passado e afirma que

(...) por trás dessa invisibilidade construída, que é amplamente fortalecida pela conotação negativa que a palavra ‘camponês’ tem na linguagem cotidiana, há uma realidade empírica na qual existem muito mais camponeses do que antes (PLOEG, 2008, p. 6).

A crítica de Ploeg (2008) se direciona, enfim, à ciência como um todo por ter ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno, ou seja, de acordo com o autor, as práticas camponesas não são estudadas pela ciência. São práticas “sem representação teórica” (2008, p. 35). Por isso, esta ciência é qualificada pelo autor como “bárbara”<sup>7</sup> pois apenas se preocupa em teorizar sobre o empresário agrícola, patamar o qual o camponês deveria chegar através das políticas públicas.

Esta reflexão nos remete à teoria de Santos (2007) sobre a sociologia das ausências e das emergências, ou seja, dependendo do interesse da ciência, dá-se mais importância a determinados fatos em detrimento de outros

---

<sup>7</sup> O termo bárbaro era utilizado pelos antropólogos evolucionistas quando classificavam os seres humanos em primitivos, bárbaros e civilizados, sendo estes últimos os mais evoluídos. Ploeg (2008) usa este termo justamente para criticar a perspectiva evolucionista adotada por esta ciência que considera o camponês como um bárbaro, que ainda não chegou à civilização.

e, por consequência, os fatos mencionados são considerados os existentes e os esquecidos passam como se não existissem. É o caso do campesinato: se a ciência não o estuda, é como se ele não existisse.

Ploeg (2008), assim como os demais desta perspectiva teórica, aponta para a natureza contraditória da reprodução camponesa, no sentido de que o camponês luta por autonomia e progresso estando inserido no contexto do Império<sup>8</sup>, cuja tendência é justamente tirar a autonomia do camponês e torná-lo cada vez mais dependente. Ocorre, então, um processo dialético, no qual, na medida em que o Império cria estratégias para explorar o camponês e torná-lo mais dependente, o campesinato reage, à semelhança da lei da ação e reação, e cria estratégias de resiliência, ou seja, aprende com as situações concretas e se adapta a fim de garantir o que pode de sua autonomia e de sua dignidade (PLOEG, 2008).

De acordo com o autor, faz parte da condição camponesa a necessidade de dar respostas ao ambiente hostil criado pelo Império, a fim de garantir “graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente” (PLOEG, 2008, p. 285). O Império, portanto, condiciona e determina novas formas de campesinato e promove dialeticamente a criação de novas formas de resistência dos camponeses ao ambiente criado por ele. As respostas camponesas ao Império se dão de forma heterogênea, dependendo do contexto histórico-espacial, porém apresentam um elemento em comum: a promoção de processos de aprendizagem ao campesinato e o fortalecimento do princípio camponês enquanto uma noção emancipatória.

Os autores que se aproximam desta linha de pensamento a respeito dos sujeitos do campo partem das influências da estrutura social sobre a ação dos indivíduos para explicar a realidade. Construíram, portanto, uma abordagem estruturalista que privilegia o estudo das determinações do todo sobre a parte. No caso em questão, chegaram à conclusão de que o modo de produção

---

<sup>8</sup> “O Império é um modo de estruturação, uma forma específica de montar recursos materiais e institucionais numa rede cujas características estruturais implicam hierarquia e conquista, submissão e exclusão constantes. [...] É a lógica do capital que define as modalidades específicas da mobilização e da montagem de recursos” (PLOEG, 2008, p. 95).

capitalista, de forma contraditória, promove a recriação dos camponeses, apesar das dificuldades criadas pelo contexto.

## **1.2 Uma perspectiva compreensivista<sup>9</sup>: a agricultura familiar como uma nova racionalidade**

Grande expoente desta corrente teórica no Brasil, Ricardo Abramovay elaborou uma teoria<sup>10</sup> sobre o conceito de agricultura familiar como uma categoria social sem vínculos com o campesinato tradicional. Conforme o autor, as atuais unidades de produção familiar, no Brasil, descendem do campesinato tradicional, mas não têm mais relação com ele, pois estariam operando a partir de uma nova racionalidade, agora integrada aos mercados.

Para Abramovay (1992/1998) só pode ser entendido como camponês aquele sujeito apenas parcialmente integrado a mercados imperfeitos<sup>11</sup>. O campesinato seria, então, um limite à racionalidade econômica. Não haveria nada mais distante deste tipo de entendimento de mundo, que o modo de vida camponês. O principal elemento que configura a racionalidade de que trata o autor é a impessoalidade nas relações mercantis. Compras e vendas são realizadas com quem quer que seja, independentemente da função e posição social dos sujeitos em questão. O campesinato, por seu turno, teria suas relações estabelecidas de acordo com vínculos pessoais e hierárquicos, ou seja, as operações mercantis seriam fundidas com esferas não estritamente econômicas da vida, o que constituiria, desse modo, um limite ao estabelecimento da racionalidade econômica, característica da sociedade global.

---

<sup>9</sup> Proposta por Max Weber, esta perspectiva metodológica privilegia o estudo da ação racional do indivíduo como um elemento construtor da estrutura social. No dilema entre o todo e a parte, esta abordagem privilegia a parte em relação ao todo.

<sup>10</sup> Sua tese foi elaborada no curso de doutorado em Ciências Sociais concluído em 1991 na Universidade Estadual de Campinas-SP (UNICAMP).

<sup>11</sup> O autor afirma isso baseado em Frank Ellis, para quem apenas uma parte da produção camponesa seria destinada ao mercado, sendo este mercado incompleto, ou seja, ainda pautado por relações pessoais. No mercado perfeito, as relações seriam impessoais e o fator determinante da conduta dos agentes econômicos seria a competitividade (ABRAMOVAY, 1992/1998).

O autor concorda, nesse sentido com Kautsky (1898/1980)<sup>12</sup>, que estudou o desenvolvimento do capitalismo no campo na Alemanha do final do século XIX e as transformações sofridas pelo campesinato em função desse desenvolvimento. Kautsky notou que conforme o capitalismo avançava no meio rural, o campesinato ia se tornando cada vez mais dependente do dinheiro para poder produzir e sobreviver, porque transformava sua produção em mercadoria e a vendia. As crises e oscilações do mercado eram, então, sérias ameaças aos camponeses de se tornarem proletários, tendo apenas a venda da força de trabalho como fonte de renda para sobrevivência. Isso explica também, em grande parte as motivações que levam hoje os camponeses a se integrarem às agroindústrias.

Entre as características essenciais do camponês tradicional, típico da Idade Média, o autor destaca a auto-suficiência, ou seja, a produção de todos os suprimentos necessários à sobrevivência, desde os gêneros alimentícios até as vestimentas e ferramentas necessárias para o trabalho; a utilização da mão-de-obra familiar; a venda do excedente, ou seja, a parte da produção que, depois de satisfeitas as necessidades próprias, já não eram mais necessárias na propriedade; a fraca divisão do trabalho, no máximo entre homem e mulher e, por último, a não-separação entre a agricultura e indústria, isto é, o camponês, em suas atividades, não se limitava apenas a práticas agrícolas, mas exercia atividades caracterizadas como industriais, tais como a manufatura.

Kautsky (1898/1980) identificou ainda como consequência da modernização, a especialização da produção, processo este, que é facilmente notado na maioria das unidades produtivas na agricultura, uma vez que, para poder se adequar às exigências do mercado, o agricultor deve produzir uma quantidade muito limitada de produtos em grandes quantidades. Caso contrário, não consegue vendê-los. A criação integrada de frangos é um exemplo claro desse processo. Nos últimos anos as empresas apenas admitem

---

<sup>12</sup> Kautsky não pode ser enquadrado na abordagem compreensivista, pois sua perspectiva é estruturalista. A conclusão de que os estruturalistas tendem a considerar que o campesinato continua existindo e que os compreensivistas tendem a afirmar o contrário refere-se aos autores contemporâneos. Esta classificação não se aplicaria a Kautsky, por exemplo, que era estruturalista e afirmava o fim do campesinato.

fazer contratos com novos criadores, na condição de que eles tenham estrutura suficiente para alojar uma quantidade mínima (que não é pequena) de frangos.

Uma das consequências desse processo de expansão do capitalismo no campo é a separação entre a agricultura e a indústria<sup>13</sup>, setores estes que estavam unidos enquanto o modo de produção vigente era o feudalismo. O camponês, portanto, deixa de ser auto-suficiente e passa a depender da indústria, agora fortalecida, enquanto um setor da economia, para efetivar sua produção, ou seja, terá que despendar uma soma de dinheiro para poder ter acesso a determinados instrumentos que, a partir do contexto de inovações tecnológicas da Primeira Revolução Agrícola da Modernidade, se tornaram necessários à produção (MAZOYER; ROUDART, 1998).

Além disso, parte dos gêneros alimentícios passou a ter que ser comprada em função da especialização da produção, uma vez que para produzir em escala um determinado produto, é preciso deixar de produzir outros, e destinar a maior parte da mão-de-obra e dos meios de produção disponíveis para a cultura a ser cultivada em escala e depois comercializada como mercadoria. É justamente a partir desses elementos que se deu a subordinação da agricultura à indústria e, por extensão, do mundo rural em relação ao mundo urbano. Inserido nessa lógica, “o camponês caíra agora sob a dependência do mercado<sup>14</sup>” (KAUTSKY, 1898/1980, p. 32), visto que o preço das mercadorias que produz escapa ao seu controle e fica sob a lei da oferta e da procura.

Outro processo identificado pelo autor e que se intensificou, sobretudo no final do século XX e veio a servir de base para a teoria de Abramovay (1992), foi a associação entre a agricultura e a racionalidade técnico-científica<sup>15</sup> e o mundo dos negócios, já no contexto identificado por Mazoyer e Roudart

---

<sup>13</sup> Esta separação de que trata Kautsky não exclui a possibilidade de relações entre a agricultura e a indústria. Ele se refere ao fato de que na Idade Média não existia uma separação entre a produção industrial e a agrícola. Tudo era feito conjuntamente. A modernidade foi quem trouxe esta separação, que atualmente está sendo quase desfeita em função da intensidade das relações entre os dois setores. Graziano da Silva (1998) propôs, inclusive, o termo industrialização da agricultura. Na avicultura, a produção integrada é chamada de avicultura industrial.

<sup>14</sup> No caso da avicultura integrada, poderíamos adaptar a frase de Kautsky para: “o camponês caíra agora sob a dependência da agroindústria integradora”.

<sup>15</sup> Abramovay (1992/1998) usa o termo racionalidade econômica para expressar a mesma ideia.

(1998) como a Segunda Revolução Agrícola da Modernidade. Todos esses elementos percebidos por Kautsky permitem-lhe postular que a exploração agrícola de sua época era uma exploração capitalista, uma vez que, a produção só seria viável tendo-se capital disponível para ser investido na mesma. Esse é o contexto em que está inserida a produção do setor avícola do município de Anta Gorda/RS, uma vez que a quase totalidade dos meios de produção necessários são comprados da indústria e a totalidade da produção avícola é voltada ao mercado.

Para Abramovay (1992/1998), “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (1992/1998, p. 22). Um novo ambiente social, econômico e cultural teria se criado a partir das transformações ocorridas em função da modernização desses sujeitos, o que teria criado uma nova identidade social: de camponeses teriam se transformado em agricultores familiares.

Os criadores de frango, nesse sentido, seriam o exemplo por excelência desse tipo de transformação, uma vez que estão literalmente *integrados* ao mercado através dos contratos com as agroindústrias, sua produção se dá sempre em larga escala e, o principal, boa parte da autonomia do camponês é perdida, tendo em vista as determinações vindas da empresa quanto ao manejo e demais elementos da produção, sobretudo ao quê, quando e quanto produzir. Nos sistemas de integração com as agroindústrias, o camponês não é mais o sujeito criador de sua própria existência, não é mais ele quem determina a forma como se organiza sua própria produção. Aproxima-se, no limite, a uma espécie de trabalho assalariado, uma vez que tais sujeitos são pagos, entre outras coisas, pelo trabalho realizado em cada lote de frango, ou seja, em última instância, pela venda de sua força de trabalho. Para este autor, portanto, os criadores de frango do município de Anta Gorda seriam agricultores familiares, cujo comportamento é orientado pela racionalidade econômica da sociedade global. A agricultura camponesa, que até então configurava um *modo de vida*, agora se profissionalizou e se reduziu a uma *forma de trabalho* (ABRAMOVAY, 1992/1998).



Na mesma linha de pensamento, Paulilo (1990) também realizou uma pesquisa sobre a relação entre as agroindústrias e os pequenos produtores no estado de Santa Catarina. Em seu trabalho enfatizou o produtor rural enquanto um agente social ativo, racional, individual, com capacidade de dar sentido à sua ação e considerou que o termo camponês não era o mais adequado para compreender os sujeitos de sua pesquisa:

Há uma ideia de estrutura por detrás dela (da ideia de campesinato) que nos parece demasiado rígida para dar conta de uma situação onde se busca, principalmente, o que é mutável e fragmentário (PAULILO, 1990, p. 39).

Para a autora, é possível a convivência de valores camponeses, pequeno-burgueses e capitalistas em um mesmo indivíduo. No caso dos avicultores de Anta Gorda, pôde-se constatar justamente essa realidade em que, tanto os valores tradicionais quanto os modernos orientam as ações e constroem o tecido social da localidade.

Percebe-se, assim, uma aproximação desta corrente a uma abordagem compreensivista da realidade social, pois prefere enfatizar os elementos subjetivos dos agentes sociais nas suas tomadas de decisões e os fatores que constituem sua racionalidade e orientam suas ações. Em síntese, os autores que seguem essa perspectiva teórica consideram que as transformações sofridas pelos sujeitos sociais do campesinato (e entre eles, os integrados às agroindústrias) foram tantas e com tamanha intensidade que o conceito de camponês já não é mais suficiente para representar tais sujeitos. A racionalidade econômica (impessoal e individualista) teria, então, transformado os camponeses em agricultores familiares e uma nova dinâmica social e econômica teria se instaurado.

### **1.3 Campesinato e Agricultura Familiar - rupturas e continuidade: a contribuição de Maria Nazareth Wanderley**

No meio-termo entre as duas perspectivas apresentadas anteriormente, apesar de estar mais próxima do estruturalismo, Wanderley (2003) não descarta nem uma nem outra abordagem. Ao contrário, fez uma análise dos elementos que as diferenciam e propôs que os pesquisadores utilizem as

contribuições teóricas que cada corrente pode fornecer. Nesse sentido, a autora admite que a modernização transformou o campesinato em agricultor<sup>16</sup>:

o camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma em agricultor, profissão sem dúvida, multifacetada, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica (2003, p. 46).

Em outras palavras, o saber tradicional camponês, passado de geração em geração, uma das bases fundamentais de sua identidade social, em função da introdução das novas tecnologias e das novas maneiras de se produzir determinadas pelo novo contexto, já não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico das famílias na agricultura. No entanto, na visão da autora, este processo não se deu de forma homogênea. Não foram todos os camponeses que passaram por essas transformações.

A análise que a autora faz sobre as duas perspectivas é a seguinte: os estudos que propõem a “evolução” do camponês à condição de agricultor enfatizam as *rupturas* ocorridas entre a forma de vida do camponês tradicional e a forma de vida desses sujeitos após a modernização. Por seu turno, os estudos que propõem a reprodução do campesinato na sociedade moderna enfatizam os elementos de *continuidade*, ou seja, as características do camponês tradicional que se mantêm até hoje apesar da modernização (WANDERLEY, 2003).

Diante disso, a proposta da autora é que as análises teóricas sobre o mundo rural sejam feitas num meio-termo entre essas duas perspectivas adotadas, identificando tanto as rupturas quanto os elementos de continuidade. Seu objetivo é mostrar que a categoria agricultura familiar no Brasil possui uma história camponesa<sup>17</sup>, que é frequentemente esquecida, tendo em vista que o lugar social do campesinato na sociedade brasileira sempre foi negado e não-

---

<sup>16</sup> Identifica-se aqui um ponto de divergência entre a autora e a abordagem proposta por Paulino (2006), para quem tais transformações são estratégias de resistência dos camponeses para reproduzirem sua identidade de acordo com as possibilidades circunstanciais.

<sup>17</sup> Identifica-se aqui um ponto de divergência entre a autora e a perspectiva adotada por Abramovay (1992/1998) para quem a categoria de agricultor familiar não possui relação com a de camponês.

reconhecido. Propõe, portanto, recheiar o termo agricultura familiar de seu conteúdo histórico e sociológico (WANDERLEY, 2003).

Identificam-se, assim, elementos de convergência e divergência com ambas as perspectivas adotadas. Em relação a Abramovay, de quem Wanderley foi orientadora no curso de doutorado na Unicamp, é consenso entre os dois autores, que a modernização transformou os camponeses em agricultores modernos e profissionais. Para Abramovay, porém, não há vínculo algum entre o camponês e o agricultor familiar moderno, ao passo que para sua orientadora o agricultor familiar carrega consigo diversos elementos característicos do campesinato tradicional, de modo que uma análise que não leve isso em consideração se torna incompleta. Nas palavras da autora,

- a) - a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares;
- b) - ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade;
- c) - a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais;
- d) - estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Em relação a Martins, Wanderley (1985) concorda que o campesinato é criado pelo próprio capitalismo, inclusive por assumir um “espírito” marxista em sua análise, porém diverge quanto à ideia de que os camponeses sejam representantes de relações não-capitalistas de produção. No seu entendimento, o camponês é um trabalhador para o capital, pois acredita que a agricultura se transformou num campo de operação do capital e que este se apropriou daquela, promovendo a “industrialização” da atividade agrícola e transformando a terra em equivalente de capital, fazendo com que o produto do trabalho do camponês seja apropriado pelo capital:

(...) a expropriação da força de trabalho não se efetua exclusivamente através da proletarianização, mas também sob outras formas que redefinem o conceito – e a realidade – da propriedade das condições objetivas do trabalho (WANDERLEY, 1985, p. 38).

Um dos mecanismos através dos quais se dá esse processo é a dependência financeira que os camponeses passaram a ter em relação aos

bancos, uma vez que, por não possuir capital para investir na propriedade, eles são obrigados a fazer financiamentos para poder investir na propriedade, seja na forma de sementes e insumos, seja na forma de construção de galpões. No caso da avicultura integrada, geralmente os financiamentos são feitos a fim de construir o aviário. Deste modo, o capital financeiro, além de se apropriar da renda produzida pelo camponês através da cobrança dos juros, torna-se, no limite, o real proprietário da terra, deixando o camponês apenas como o proprietário formal da terra<sup>18</sup>, ou seja, passa a ser dono apenas juridicamente, mas na prática, ele é um trabalhador para o capital (WANDERLEY, 1985).

De acordo com Wanderley (1985), a principal forma de interferência do capital na organização interna da exploração camponesa é a mediação do mercado:

Especialização ou diversificação; auto-consumo ou comercialização; tecnologia utilizada, alocação da força de trabalho são, entre outros, aspectos que escapam à decisão autônoma do chefe da unidade familiar, na medida em que são determinados pelos mecanismos do mercado capitalista (1985, p. 54).

No caso dos sistemas de integração, esta interferência ocorre de forma explícita e muito intensa a ponto de chegar à semelhança de um trabalho assalariado. Este tema será discutido com maior profundidade no capítulo seguinte.

Para a autora, o campesinato constitui a base de uma das formas de dominação do capital na agricultura, pois ele assume a realização da produção e não recebe a remuneração que lhe é devida. Para fazê-lo, ele deveria ser proprietário, de fato, da terra e isto o tornaria um capitalista. Nesse sentido, sob o ponto de vista de uma análise econômica, o camponês só é camponês enquanto não consegue se apropriar da renda que produz. Quando o faz se torna capitalista. Partindo desta perspectiva, se analisarmos a realidade

---

<sup>18</sup> Para Wanderley (1985) apenas é proprietário real da terra (dono, de fato) aquele que consegue se apropriar da renda fundiária capitalista, ou seja, da parcela da mais-valia. Isto pressupõe que para haver a apropriação da renda fundiária é necessário haver a exploração do trabalho alheio via assalariamento. Parece-nos importante frisar ainda que quando usamos o termo camponês, estamos nos referindo à família camponesa como um todo. Nesse sentido, não estamos analisando as relações intra-familiares para compreender este processo de apropriação da renda, apesar de saber que dentro da família existem diferentes níveis de poder e que pode haver exploração de mais-valia da mulher por parte do homem, por exemplo. Mas isto poderá ser objeto de análise para futuros trabalhos.

econômica dos criadores de frango, chegaríamos à conclusão de que a maior parte dos integrados em Anta Gorda são camponeses, visto que a renda gerada através da criação dos frangos é apropriada pela empresa a que estão integrados, e nesse sentido são trabalhadores para o capital.

Em contrapartida, se levarmos em conta o conceito de agricultura familiar moderna, proposto pela autora, os criadores de frango seriam considerados agricultores familiares, uma vez que

nas sociedades modernas multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesas. São aquelas em que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral - importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente, globalização da economia etc - tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna (WANDERLEY, 1996, p. 7).

Estes elementos elencados pela autora são característicos dos integrados às agroindústrias do setor avícola em Anta Gorda, o que permite, segundo esta definição, que eles sejam identificados como agricultores familiares.

Percebe-se, desse modo, que dependendo dos pressupostos teóricos que o pesquisador adota, ele chegará a diferentes conclusões acerca da mesma realidade social. Neste trabalho adotaremos a proposta de Wanderley (2003) que sugere analisar os elementos de ruptura e os elementos de continuidade dos agricultores modernos em relação aos camponeses tradicionais, especificamente identificando as características de campesinidade que *continuam* a constituir a realidade social dos criadores de frango integrados às agroindústrias no município de Anta Gorda.

## **2 O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO NA AVICULTURA E OS TRABALHADORES NELA ENVOLVIDOS**

Este capítulo está dividido em duas partes. A primeira apresenta uma discussão a respeito do processo de modernização da agricultura no Brasil, no qual a avicultura é vanguarda e a segunda discute o funcionamento do sistema de integração, como ocorre a produção e quais as condições para ser um integrado.

### **2.1A modernização da agricultura: o complexo avícola na vanguarda**

Para contextualizar o objeto de pesquisa deste trabalho, será apresentado o conceito de modernização que servirá de base para a discussão, a partir da contribuição de José Graziano da Silva (1998) que a define como um

processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e de domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60 (1998, p. 30).

O autor apresenta sua tese baseado no processo de passagem do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais (CAIs), no qual, em função do desenvolvimento do capitalismo no campo, houve um aprofundamento da divisão social do trabalho.

O passo fundamental que desencadeou a crise do complexo rural foi a transição (forçada pelos capitais internacionais) para o trabalho livre, a partir da suspensão efetiva do tráfico negreiro depois de 1850 (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 7).

O complexo rural era caracterizado por uma incipiente divisão do trabalho, uma vez que todos os bens intermediários e meios de produção necessários eram produzidos pelo próprio trabalhador rural. A dinâmica

organizacional era simples. Geralmente havia apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo, que era destinado ao mercado externo, no caso do Brasil, a cana-de-açúcar. Esse complexo prevaleceu no Brasil até meados do século XIX e foi perdendo força com a proibição do tráfico de escravos, a Leis de Terras e a abolição da escravatura em 1888.

A transição do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais foi largamente impulsionada pelo Complexo do Café, através do qual passou a haver uma abertura econômica por parte da economia agrícola para bens produzidos pela indústria e uma elevação da divisão do trabalho, o que permitiu o início de um processo que foi definido por Graziano da Silva (1998) como industrialização da agricultura. Com isso, ocorreram transformações na forma de as pessoas se relacionarem com a natureza e com os próximos. Os recursos naturais passam a ser apenas matéria-prima para a produção de mercadorias, tendo em vista a acumulação de capital. E o trabalhador, que antes era ativo e integral, agora, com a divisão do trabalho, é apenas parcial, passivo, especializado, porque não participa do processo produtivo desde o início até a conclusão, mas apenas de parte do processo.

No contexto da segunda metade do Século XIX, surgiram também algumas atividades além das relacionadas ao complexo cafeeiro, por exemplo, o cultivo de algodão, constituindo o início do processo de diversificação da produção agrícola brasileira, o que faz parte do processo de modernização da agricultura no Brasil. Além desse elemento, contribuíram para a modernização, a formação dos estabelecimentos industriais (com destaque para a indústria têxtil), o início do desenvolvimento do mercado interno, a especialização dos fazendeiros nos produtos de exportação e a separação entre cidade e campo (quando as atividades especificamente industriais se restringem ao meio urbano).

A reunificação desses dois setores ocorreu quando a indústria passou a se relacionar com o campo e este passa a ser um fabricante de mercadorias. A agricultura se transforma, portanto, num ramo da própria indústria. Dessa forma, se dá, portanto, a constituição dos Complexos Agroindustriais, em que há uma constante relação entre a indústria e a agricultura, que está sustentado basicamente na fabricação de bens intermediários pela indústria, que serão

utilizados pela agricultura, na produção das mercadorias pela agricultura e na posterior utilização de tais mercadorias novamente pela indústria como matéria-prima. Nesse sentido, os CAIs surgem da modernização da agricultura e sua manutenção e expansão passam a ser o principal vetor desse processo.

Com isso, a agricultura se torna subordinada ao capital, no momento em que compra insumos produzidos pela indústria e vende seus produtos na forma de mercadorias a esta. Esse processo é definido por Graziano da Silva (1998) como “industrialização” da agricultura. Com ele, ocorrem transformações na forma de as pessoas se relacionarem com a Natureza e com os próximos. Antes o trabalhador era ativo e integral. Agora, com a divisão social do trabalho o trabalhador é apenas parcial, passivo, especializado, porque não participa do processo produtivo desde o início até a conclusão, mas apenas de parte do processo.

A “industrialização” da agricultura, segundo Graziano da Silva (1998) não pode ser confundida com o processo de modernização da mesma. A primeira é o momento mais avançado da segunda, mas não é seu sinônimo. O autor define a modernização como as “transformações na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes, num esforço de aumentar a produtividade” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 19). Nesse contexto, o autor destaca a crescente dependência da agricultura em relação à indústria porque depende de outros tipos de produção para que suas atividades obtenham sucesso.

O ápice do desenvolvimento dos CAIs foi no período pós-1964, em que houve uma industrialização expandida no Brasil, uma diversificação das exportações e a substituição das importações de matérias-primas estratégicas, o que possibilitou que a produção de fertilizantes, herbicidas, vacinas, entre outros elementos da produção agrícola fosse feita internamente no Brasil. A agricultura passa a fazer parte, então de uma cadeia, dos CAIs, superando definitivamente o paradigma do Complexo Rural.

Segundo o autor, esse processo só ocorreu, de fato, quando houve a implantação, na década de 1970, da “indústria para a agricultura”, isto é, o fornecimento de máquinas e insumos para a agricultura. Com a integração desta agricultura ao mercado, ou seja, com a venda das mercadorias às



agroindústrias, formando o tripé indústria – agricultura – agroindústria, constituem-se os CAIs. Para o autor, a nova dinâmica da agricultura brasileira

(...) não pode mais ser apreendida apenas a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira), nem a partir da segmentação do mercado interno versus externo. Trata-se agora de uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura – agricultura propriamente dita – agroindústria (GRAZIANO DA SILVA, 1998, pp. 25-6).

O processo de modernização da agricultura brasileira está alicerçado basicamente na constituição dos CAIs e na industrialização da agricultura. Nesse processo, a indústria passa a comandar a direção da mudança na base técnica da agricultura e esta passa a ser uma produtora de mercadorias. Nesse sentido, a produção avícola pode ser considerada como um dos exemplos por excelência desse processo, uma vez que a atividade agropecuária da criação dos frangos é integrada a tal ponto com as agroindústrias que há inclusive a referência a este tipo de atividade como sendo uma avicultura industrial<sup>19</sup>.

De acordo com Coradini, Pompermayer e Sorj (1981/2008), o período de consolidação e expansão do complexo avícola brasileiro se deu durante a década de 1970, porém o início da avicultura industrial remonta aos anos 1950, quando esta veio a substituir as antigas formas de produção avícola iniciadas nos anos 1920 e 1930. O principal fator que viabilizou o crescimento da avicultura, nos moldes em que ela está estruturada hoje no Brasil, foram os investimentos em genética, que permitiram chegar a variedades de frangos que conseguem crescer mais rapidamente como uma quantidade menor de ração. No anos 1960, o nível médio de conversão alimentar<sup>20</sup> era de 2,5 kg de ração para cada quilo de frango produzido. Com o desenvolvimento das pesquisas e inovações na genética, este nível médio, nos dias atuais, passou para 1,5 kg, dependendo da idade em que as aves são abatidas.

A avicultura cresceu com tamanha intensidade no Brasil, que hoje o país é o maior exportador mundial de frango. Rio Grande do Sul e Santa Catarina

---

<sup>19</sup> Vide site: [www.aviculturaindustrial.com.br](http://www.aviculturaindustrial.com.br).

<sup>20</sup> Conversão alimentar: proporção de ração necessária para a produção de um quilo de frango. Quanto menor o índice de conversão alimentar, maior o rendimento, visto que é necessário menos ração para a produção de uma quantidade determinada de frango.

foram vanguarda nesse aspecto, pois desde o início desta atividade nesses estados, a produção era voltada majoritariamente à exportação.

As empresas que iniciaram as exportações de frangos em 1975, por ordem de participação, foram a Sadia Concórdia (SC), a Perdigão S.A. (SC), Frigorífico Seara (SC), a Coopave<sup>21</sup> (RS) e outros (CORADINI; POMPERMAYER; SORJ, 1981/2008, p. 20).

Em suma, de acordo com os autores, o desenvolvimento da avicultura industrial no Brasil reforçou o complexo agroindustrial e acelerou a modernização de outros setores da agricultura, como, por exemplo, a produção de milho e soja, utilizados na fabricação da ração consumida pelos frangos.

## **2.2O sistema de integração: uma estratégia do capital industrial**

O sistema de integração é uma forma de organizar a produção no qual é estabelecido um contrato de produção entre a agroindústria e o produtor. Este sistema é geralmente utilizado na avicultura, na suinocultura e na fumicultura, mas o é também na sericultura e na produção de leite. Neste tipo de relação, a agroindústria fica responsável pelo fornecimento de um conjunto de elementos necessários à produção e o integrado se responsabiliza pela mão-de-obra e demais meios de produção e condicionantes da produção, passando a estar desautorizado a vender seus produtos para outrem que não seja a empresa com a qual estabeleceu contrato.

No caso da avicultura, os primeiros passos no sentido de trabalhar com o sistema de integração foram dados pela Sadia e pela Perdigão, no início dos anos 1960, em Santa Catarina. Um fator de fundamental importância da explicação do sucesso deste sistema é a estrutura agrária das regiões em que ele se desenvolveu (zona oeste de Santa Catarina e serra do Rio Grande do Sul), as quais são caracterizadas pela predominância de pequenas

---

<sup>21</sup> A Coopave (Cooperativa Agrícola Vale do Rio Taquari) foi a primeira empresa à qual se vincularam os primeiros criadores de frango do município de Anta Gorda, ainda no início dos anos 1960. Na época, o vínculo contratual era diferente do atual, denominado integração (também chamado de parceria): era “por conta” como dizem os criadores da época. O produtor comprava os pintos, fazia a ração e vendia os frangos criados. “Naquela época se ganhava bem. Com o dinheiro de um lote conseguimos comprar um fusca”, relata uma senhora que criava frangos na época da Coopave. Em 1983, a cooperativa faliu e os criadores se obrigaram a adotar o sistema de integração vinculando-se a outras empresas, agora de direito privado.

propriedades, denominadas colônias, ou seja, não tendo terra suficiente para investir em cultivos como milho, trigo ou soja, por exemplo, os colonos se obrigam a investir em atividades que não exigem o uso de vastas extensões de terra. A integração às agroindústrias aparecia (e aparece), então, como uma das poucas alternativas para quem tem pouca terra para sobreviver (CORADINI; POMPERMAYER; SORJ, 1981/2008).

A dinâmica produtiva da avicultura integrada é organizada em lotes: a empresa é responsável por disponibilizar os pintos, a ração, a assistência técnica, bem como o transporte desses elementos da empresa até a propriedade e o recolhimento dos frangos já criados da propriedade até o abatedouro. O integrado, por sua vez, é responsável pela disponibilização do aviário, dos bebedouros, comedouros, silos, ferramentas, sistemas de controle de temperatura (aquecimento ou resfriamento) e a energia necessária para o funcionamento desses sistemas, ou seja, lenha e energia elétrica, respectivamente, além do material que servirá de “cama”<sup>22</sup> aos frangos.

Depois da criação de cada lote, a empresa faz um cálculo baseado nos índices de mortalidade de frangos, conversão alimentar e peso dos frangos. É a partir deste cálculo que será estabelecido o valor pago ao integrado pelo trabalho de ter criado o lote de frangos. O pagamento se dá em função do número de cabeças de frangos criados em cada lote e depende do tempo que as aves ficaram instaladas na propriedade. No caso de ficarem entre 42 e 45 dias o pagamento por unidade de ave, em média, varia entre R\$ 0,25 e R\$ 0,50. No caso de ficarem apenas 30 dias, a média cai para R\$ 0,20. Conforme varia o tempo de permanência dos frangos no aviário, varia também o valor pago por unidade de ave.

Em Anta Gorda, o valor pago por lote de frango e o tempo de espera para receber o dinheiro varia conforme a empresa. Os integrados à Sadia, cujo tempo de permanência das aves é, em média, de 42 dias, relatam que estão satisfeitos com a remuneração recebida, pois dificilmente baixa de R\$ 0,40 por

---

<sup>22</sup> Normalmente essa cama é constituída de maravalha (material que sobra da serragem de madeiras nas serrarias), casca de arroz, ou, mais raramente, areia. O uso desses materiais se dá em função de sua capacidade de absorção da umidade produzida pelas fezes dos frangos, a fim de manter a cama sempre seca, uma vez que a umidade provocaria várias doenças e diminuiria o crescimento dos frangos.

cabeça de frango. Já os integrados à Perdigão, cujo tempo de permanência é de aproximadamente apenas 30 dias, reclamam do baixo valor recebido pelo trabalho. “Não dá pra pagar o financiamento com esse valor”, diz um integrado à Perdigão que recebeu R\$ 0,19 por cabeça de frango no último lote. Os integrados à Minuano são os que estão na pior situação. Tendo em vista o fato de a empresa ter decretado falência e agora ter reiniciado as atividades, ela demora, em média, 90 dias depois do carregamento dos frangos, para pagar os criadores, a fim de ter capital de giro.

Tais elementos evidenciam a unilateralidade na definição do pagamento ao integrado por lote de frangos e o nível de dependência dos produtores em relação à agroindústria, visto que, caso o produtor decida partir para uma produção autônoma, desvinculada de uma empresa, o fracasso será praticamente inevitável em função da concorrência com as grandes agroindústrias que, através das constantes fusões, vêm se monopolizando cada vez mais. O melhor exemplo desse processo é a atual Brasil Foods, fusão entre a Perdigão, Sadia, Eleva e várias outras empresas menores de diversos ramos da produção de alimentos.

Xavier Medeiros<sup>23</sup>, em discurso proferido na audiência pública que discutiu o processo de regulamentação dos sistemas de integração, ocorrida em Brasília no dia 26/05/2010<sup>24</sup>, chamou atenção para a assimetria de informações que caracteriza esses sistemas. Segundo ele, as empresas sabem tudo a respeito dos seus integrados, mas o contrário não acontece. As informações referentes ao orçamento das empresas, seus lucros e despesas verdadeiros não são conhecidos pelos criadores, o que torna desigual a negociação de valores de remuneração, visto que o colono terá menos argumentos para defender uma remuneração mais alta.

---

<sup>23</sup> Agrônomo, professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade de Brasília (UNB).

<sup>24</sup> O discurso deste professor, bem como dos demais participantes da audiência, está disponível para *download* em formato .mp3 no site do Deputado Federal Assis do Couto, um dos líderes que deram início à discussão da regulamentação dos sistemas de integração: [http://www.assisdocouto.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=857&Itemid=44](http://www.assisdocouto.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=857&Itemid=44). Acesso em 25 out. 2011.

De acordo com Coradini, Pompermayer e Sorj (1981/2008), no início do sistema de integração, empresas como a Sadia e a Perdigão exigiam do integrado que ele plantasse milho e o vendesse obrigatoriamente à empresa a fim de que o integrado tivesse uma fonte de renda além da avicultura pois as empresas sabiam que apenas a renda provinda da integração não seria suficiente para suprir todas as necessidades da família.

Na visão de Wanderley (1985), o sistema de integração é uma estratégia forjada pelo capital industrial a fim de diminuir suas despesas e aumentar sua lucratividade:

Esta forma de articulação tem como principal elemento característico o fato de que o capital industrial evita o investimento na aquisição da propriedade da terra e controla “do exterior” a produção da matéria-prima agrícola que necessita para a transformação industrial. (...) Isso não quer dizer que ele (o camponês) não realize seu próprio cálculo econômico, nem desenvolva uma estratégia específica, mas é necessário não superestimar sua capacidade de iniciativa e situá-la em sua verdadeira dimensão. (...) suas iniciativas são limitadas e restritas ao estreito espaço estabelecido pelo capital (1985, pp. 68-9).

Mengel e Aquino (2011), tomando a integração como uma maneira da pequena propriedade integrar-se nos mercados competitivos voltados à exportação, consideram que, apesar estar baseado na mão-de-obra familiar e em uma estrutura agrária descentralizada, este sistema gera desigualdades sociais e centralização do poder:

(...) a integração produtiva não pode ser tomada como uma atividade geradora de desenvolvimento, a menos que pense este unicamente como uma forma de gerar divisas para o país. Quando consideramos o bem estar das populações envolvidas no processo produtivo vimos que tal modelo de agricultura, mesmo preservando uma estrutura fundiária descentralizada, não possibilita a diminuição das desigualdades sociais, podendo intensificá-las, assim, não permite um aumento das liberdades individuais dos agricultores (MENGEL; AQUINO, 2011, p. 17).

De acordo com Paulino (2006) a produção avícola calcada no sistema de integração só se sustenta porque os camponeses que trabalham nela não vivem apenas dela, porque se não fosse assim, não seria viável, em função do baixo valor do pagamento que as agroindústrias estabelecem aos integrados. De fato, durante a pesquisa foi possível constatar que a totalidade dos entrevistados relatam exercer no mínimo mais um tipo de atividade econômica além da avicultura.

Conforme os dados disponibilizados pela Secretaria de Agricultura do município, existem hoje, em Anta Gorda, 41 estabelecimentos agropecuários integrados a agroindústrias do setor avícola. O Censo Agropecuário de 2006 aponta que naquele ano, o número de estabelecimentos que criavam aves no município era de 119 (IBGE, 2006), o que demonstra uma diminuição de 65% no número de criadores<sup>25</sup>. O principal fator que ocasionou e ainda ocasiona tal redução são as constantes exigências feitas pelas empresas aos integrados.

A tendência à diminuição de produtores de pequenos plantéis e o aumento de produtores maiores é o resultado tanto do sucesso e capitalização de alguns empreendimentos como da real eliminação dos que não conseguem fazer frente aos aspectos técnicos e econômicos da produção, de modo a suportar situações de oscilações nos fatores de produção e comercialização (CORADINI; POMPERMAYER; SORJ, 1981/2008, p. 34).

Durante o trabalho de campo, os entrevistados relataram que as determinações do momento são, dentre outras, cercar o(s) aviário(s) a fim de impedir a entrada de animais nas proximidades do galpão; construir uma casinha em frente ao aviário, com banheiro, pia e mesa a fim de servir como uma espécie de escritório ao integrado, ao técnico no momento das visitas e à equipe de carregamento, quando o lote está concluído; instalar um sistema de desinfecção dos caminhões que entrarem no aviário, a fim de diminuir as chances de contaminação do aviário; substituir as telas dos aviários que tenham malha superior a uma polegada, por outras que sejam à prova de entrada de pássaros e outros animais domésticos. A imagem a seguir (Figura 2) é um exemplo de um estabelecimento que concluiu recentemente o processo de adaptação a este conjunto de exigências e que, em função disso, teve sua propriedade escolhida como modelo para os demais, tendo sido realizado um dia de campo em seu estabelecimento para incentivar os demais criadores a também se adequar às exigências:

---

<sup>25</sup> Em que pese tamanha redução no número de criadores, a quantidade de frango produzida no município aumentou. Em 2006 o efetivo de frango em Anta Gorda era de 928.200 (IBGE, 2006), aumentando para 976.000 em 2009 (IBGE, 2009). Isso demonstra que a produção de frango está se concentrando. Apenas quem consegue se adaptar às exigências da modernização, o que implica no aumento da escala produtiva, é que continua na atividade.



Figura 2 – Estabelecimento avícola modelo.

Fonte: Arquivo pessoal – Trabalho de campo (outubro/2011).

Interessante notar que este conjunto de exigências tem o respaldo do Estado na forma de legislação. No anexo III deste trabalho, pode-se ter acesso à Normativa 56 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que estabelece tais regras à atividade. Isto pode ser uma evidência de uma relação de proximidade entre as empresas e o Estado, visto que essa normativa atende aos interesses das empresas que, ao construir uma boa imagem no mercado internacional terá mais chances de exportar a produção e acumular capital. Com efeito, Coradini, Pompermayer e Sorj (1981/2008, p. 78) já haviam assinalado esta articulação: “(...) os diversos ramos que constituem o complexo avícola industrial articulam-se e se entrelaçam com os aparelhos e instâncias do Estado”.

Conforme os entrevistados, o prazo para a conclusão desse conjunto de tarefas é até abril de 2012, sendo que os que não o fizerem serão desvinculados da empresa e ficarão com todo o investimento parado. A

questão é que para continuar na atividade<sup>26</sup>, o criador se torna obrigado a investir continuamente altos valores nas instalações a fim de estar sempre em conformidade com as exigências. Então a já baixa rentabilidade gerada pela atividade, no fim, é geralmente destinada à modernização do aviário e não às necessidades da família. Tais fatos evidenciam que os integrados são proprietários apenas formais dos seus meios de produção, tal como teorizaram Wanderley (1985) e Paulilo (1990), pois eles não têm total domínio sobre os mesmos e grande parte da renda produzida a partir desses instrumentos de produção é apropriada pela empresa.

Relacionado a isso está o fato de que não é qualquer tipo de agricultor que é aceito pelas empresas para se tornar um integrado. Há um conjunto de condicionamentos<sup>27</sup> que limitam a integração de diversos agricultores. Isto é importante para compreender o sistema de integração, pois se cria uma espécie de ideologia de que aquele que consegue se integrar a uma agroindústria conquista uma posição social superior aos demais agricultores da localidade. Todos os criadores entrevistados, quando perguntados sobre a motivação que os incentivou a instalar um aviário, relataram que foi a busca por uma nova fonte de renda para a família. Agora, quando os técnicos das empresas fazem as exigências, eles têm o argumento do exército de reserva, ou seja, se o criador não se adequar às exigências, não haverá problema para a empresa em desvinculá-lo do sistema, pois existem outros agricultores com interesse em se integrar para substituir aquele que foi desvinculado. Isto dá condições à empresa de controlar toda a atividade, como se fosse ela a proprietária dos meios de produção e os integrados fossem meros funcionários.

A produção industrial de aves é altamente excludente por sua própria seletividade estratégica, elegendo um determinado grupo de produtores e impondo suas exigências tecnológicas (...) De qualquer modo, o que dá fundamento às condições sociais da integração é a formação histórica e a manutenção da existência de um bloco de

---

<sup>26</sup> Em diversos casos, os criadores são obrigados a continuar na atividade em função das dívidas adquiridas junto aos bancos no momento da construção dos aviários. “Até que não temos o aviário pago, temos que continuar... Vai deixar tudo ali parado?”, relata um senhor entrevistado. Paulilo (1990) já havia identificado esse processo nos sistemas de integração em Santa Catarina e teorizou a dívida como uma forma de relacionamento social.

<sup>27</sup> Para se integrar a uma agroindústria, é necessário não residir muito distante das instalações da empresa, o acesso à propriedade deve estar em boas condições, enfim, a empresa só integra quem ela considera que vai lhe trazer lucratividade.



produtores rurais em condições sociais de produção e de vida inferiores aos produtores efetiva ou potencialmente integrados (CORADINI; POMPERMAYER; SORJ, 1981/2008, p. 34).

Durante as entrevistas buscou-se identificar o que os produtores consideravam como principais vantagens e desvantagens de criar frangos no sistema de integração. O principal ponto positivo elencado pelos entrevistados foi a possibilidade de uso da cama do aviário como adubo na roça, além do fato de ter frangos para o consumo próprio sem precisar comprá-los, a entrada constante e garantida de uma renda durante o ano, o uso da ração para alimentar outros animais da propriedade, o fato de trabalhar em um ambiente coberto em que se fica protegido do sol e da chuva<sup>28</sup>, a não-utilização de venenos e o fato de que o rendimento da atividade não depende do tempo meteorológico tal como a produção de milho e fumo, por exemplo.

Os pontos negativos da atividade destacados pelos entrevistados foram, em primeiro lugar, as múltiplas e excessivas exigências feitas pelas empresas, o baixo valor pago pelo trabalho e investimento feito em cada lote, o fato de precisar levantar durante a noite, quando os pintos são pequenos, para fazer fogo a fim de aquecer o aviário, o alto consumo de água, a dificuldade em dar adequada destinação aos dejetos (frangos mortos, especialmente), a desvalorização dos produtores por parte das empresas através de diversas maneiras, entre as quais da imposição autoritária de normas e ordens de serviço.

Em que pesem todos esses fatores negativos, o colono, se quer proporcionar oportunidades de educação aos filhos, se quer se manter informado, se quer, enfim, fazer parte do mundo, ele precisa necessariamente estar inserido de alguma forma em algum tipo de mercado, por mais que seja de forma subordinada. Nesse sentido, “a produção integrada representa para o colono um horizonte importante na concepção e no agir em relação a uma forma moderna de se inserir no âmbito econômico” (TEDESCO, 2001, p. 138).

---

<sup>28</sup> Nas demais atividades produtivas, especificamente na roça, um dos elementos que mais prejudica os colonos é a exposição ao sol e aos venenos. Por isso o fato de trabalhar na sombra adquire um significado de privilégio. “Ah, na roça é bem mais sofrido...” relatou um senhor entrevistado.

As imagens da sequência (Figuras 3 e 4) apresentam a diferença entre um aviário antigo (com comedouros e bebedouros manuais) e um moderno (quase todo automatizado):



Figura 3 – Exemplo de aviário antigo.

Fonte: Arquivo pessoal – Trabalho de campo (outubro/2011).



Figura 4 – Exemplo de aviário moderno.

Fonte: Arquivo pessoal – Trabalho de campo (outubro/2011).

Os elementos evidenciados neste subcapítulo serviram para caracterizar o sistema de integração, no qual estão inseridos, de forma subordinada, os sujeitos desta pesquisa. O contexto é de acelerada e constante modernização da tecnologia e das formas de manejo, o que colocou a avicultura no conjunto dos setores que estão na vanguarda da instalação da nova dinâmica da agricultura brasileira.

### **3 CAMPESINIDADES QUE PERSISTEM: A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE NA AVICULTURA EM ANTA GORDA**

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira seção discute os pressupostos conceituais utilizados para a realização da análise em questão. A seção seguinte procura analisar a natureza da relação de trabalho que se estabelece entre o criador e a empresa e as estratégias utilizadas por cada uma das partes para alcançar seus interesses, tendo em vista a hierarquia de poder entre elas e as implicações sociais desse tipo de relação. Na terceira seção identificam-se os elementos de campesinidade que se mantêm nos avicultores integrados às agroindústrias em Anta Gorda, no contexto da modernização e das rupturas.

#### **3.1 Os pressupostos conceituais da análise**

Para que este trabalho possa identificar os elementos de campesinidade que persistem no cotidiano dos avicultores de Anta Gorda, torna-se necessário definir os elementos a serem utilizados que caracterizam o camponês. Este trabalho adotará as contribuições de Tavares dos Santos (1978) e Tedesco (1999; 2001) em função de que estes autores analisaram realidades sócio-culturais semelhantes à dos avicultores de Anta Gorda: regiões de colonização italiana no estado do Rio Grande do Sul. Existem outros autores que também elaboraram valiosas definições sobre o campesinato (MENDRAS, 1978; WOLF, 1966/1976; PLOEG, 2008), porém, baseados em contextos sociais muito distantes da realidade em questão nesta pesquisa. Os estudos dos autores supracitados, portanto, foram os que se mostraram mais adequados para servir como base teórica desta análise.

Dentre os diversos elementos da produção camponesa apresentados por Tavares dos Santos (1978), destacam-se: a produção baseada no trabalho

da família; a propriedade dos meios de produção, especialmente da terra, como uma garantia de autonomia e rentabilidade; a socialização do camponês através da inserção nas atividades da comunidade; a prática do trabalho conforme as necessidades da lavoura, podendo chegar até a 12 horas por dia, dependendo da época do ano; a produção simples de mercadorias, o que leva a uma reprodução simples de sua condição, ou seja, o camponês não acumula capital, possui uma dinâmica cíclica de trabalho que o mantém sempre na mesma condição social (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Vale frisar que o camponês a que o autor se refere se identifica como colono, tal como o fazem os criadores de frango em Anta Gorda.

Nesse sentido, Seyferth (1993) chamou atenção para a dimensão étnica da identidade camponesa do sul do Brasil expressa pela categoria colono. Ao mesmo tempo em que ela possui uma conotação de campesinidade, representa também uma “origem” européia, seja ela alemã, italiana, polonesa, dentre outras. A autora identificou um conjunto de características necessárias para o sujeito ser considerado colono: possuir uma fração de terras, produzir alimentos para o próprio consumo e ter um pertencimento tradicional à comunidade rural:

a dedicação à terra, o trabalho árduo, a produção de alimentos, o enraizamento (...), a liberdade, entre outras virtudes, constituem, tanto quanto a propriedade da terra, elementos de distinção do colono enquanto categoria social (SEYFERTH, 1993, p. 41).

De maneira similar, Tedesco (1999) sintetizou a configuração do *ethos* camponês em um tripé de valores:

1) a Terra, cuja propriedade possui um significado particular, pois representa a possibilidade de autonomia e de reprodução do núcleo familiar.

Ser proprietário da terra significa construir patrimônio, o qual é obra da e para a família – ficar na família (...) O herdeiro não herda só a terra, herda um compromisso, uma moralidade da terra, expressa na relutância de vender coisas antigas (TEDESCO, 1999, p. 94).

2) o Trabalho, entendido como uma prática que dá dignidade ao colono, na ideia de que para existir progresso deve haver sacrifício. “O trabalho aparece como fundador de relações econômicas, mas acima de tudo é concebido no horizonte de uma lógica de obrigações na família” (TEDESCO, 1999, p. 190);

3) a Família, considerada o núcleo central da sociabilidade do colono, que, no limite, é um trabalhador coletivo. A família é a “instituição sociocultural e econômica que interage no todo social” (TEDESCO, 1999, p. 209).

Quando nos referirmos a camponêsidade, é desses elementos que estamos falando. Na discussão a respeito do tradicional e do moderno, geralmente o camponêsato é entendido como característico do tradicional, o que não significa que o camponêsato não possa ser moderno. Com efeito, este é o debate apresentado no primeiro capítulo deste trabalho: a modernidade teria transformado o camponês tradicional em agricultor familiar ou em camponês moderno? Nosso objetivo não é responder a essa pergunta, mas identificar quais foram, de fato, as transformações sociais vivenciadas por esses sujeitos a partir da modernização. Para isso, é importante deixar claro ao leitor o que se entende por moderno e tradicional neste trabalho.

A modernidade como um todo é, em última instância, o objeto de estudo por excelência da Sociologia. Foi com objetivo de compreender as transformações geradas pela modernidade, enquanto superação do tradicional, que os primeiros sociólogos desenvolveram seus trabalhos. Dentre as principais mudanças, destacam-se a transição do feudalismo para o capitalismo, da centralidade do agrário para o industrial, da produção artesanal para a produção em larga escala, do holismo para o individualismo, da centralidade da religião para a secularização, enfim, construiu-se uma nova maneira de o ser humano se relacionar com o meio e com seus pares. Desenvolveram-se novas tecnologias e as instituições tipicamente tradicionais como a Igreja e a família entraram em crise.

Neste trabalho o moderno será considerado como sinônimo de urbano, capitalista e industrial, mas não como sinônimo de avançado, melhor ou mais desenvolvido, caso contrário, o camponês tradicional seria considerado atrasado, retrógrado e avesso ao desenvolvimento. O tradicional é compreendido como uma continuidade ou como uma reprodução de uma maneira de ver e estar no mundo, qual seja, holista, artesanal e com centralidade para o agrário e o religioso, sem que isso seja considerado melhor ou pior. Considerando-se, portanto, que o sistema de integração tem por objetivo transformar o tradicional em moderno, analisaremos como se deu esse

processo e quais são os elementos tradicionais e modernos que caracterizam os sujeitos sociais integrados às agroindústrias do setor avícola em Anta Gorda.

### **3.2 A relação integrado x agroindústria: a campesinidade em questão**

Como vimos no capítulo primeiro, a respeito dos sistemas de integração e sua relação com a campesinidade dos sujeitos envolvidos, diferentes interpretações teóricas são elaboradas. Um grupo compreende o processo como uma estratégia dos camponeses de viabilizar sua reprodução social enquanto camponeses (PAULINO, 2006). Outra corrente entende a integração como um processo de descampesinização dos sujeitos do campo (PAULILO, 1990). Em termos de coerência lógica, ambas as interpretações fazem sentido, porém chegam a conclusões diferentes porque objetivam enfatizar os elementos da realidade social que condigam com os seus interesses políticos.

A primeira corrente enfatiza a permanência de uma racionalidade não-capitalista nos sujeitos sociais do campo, a fim de demonstrar e criticar a natureza contraditória e exploradora do modo de produção capitalista, ao passo que a segunda interpretação dá destaque à emergência de uma nova racionalidade, agora adaptada ao sistema capitalista, ou seja, os agricultores familiares seriam pequenos empresários inseridos na lógica do capital, colocando este modo de produção como algo dado, do qual não se pode fugir.

Em se tratando especificamente da relação entre o criador e a empresa, chega-se à conclusão de que o sistema de integração desconstrói muitas das características de campesinidade dos agricultores. Ele deixa de ser autônomo e seus saberes não são mais válidos, uma vez que a forma de manejo dos frangos é totalmente determinada pela empresa e, caso ele queira agir de acordo com seus conhecimentos, receberá um valor inferior por lote de frango e, no limite, será desintegrado da empresa. Estabelece-se, portanto, uma relação de poder em que a empresa manda nos integrados como se fossem empregados, com a vantagem de não precisar pagar férias, décimo terceiro



salário, e demais direitos trabalhistas que um assalariado que vende sua força de trabalho teria.

Nesse sentido, a figura do técnico aparece como representante da empresa junto aos criadores. No limite, é o porta-voz do “patrão”, pois é sempre o técnico que tem a função de informar o criador a respeito das novas exigências, das mudanças na forma do manejo, avaliar as instalações e o desempenho do criador, enfim é o técnico que faz o vínculo relacional entre o integrado e a integradora, trazendo consigo também o peso da representação do saber técnico-científico, considerado superior ao saber prático (camponês) dos integrados (TEDESCO, 2001). É por isso que seguidamente ocorrem desentendimentos entre criadores e técnicos, pois, em última instância, estes personagens configuram a personificação do conflito entre as lógicas tradicional e moderna.

A imagem que segue (Figura 5) permite identificar uma determinação da empresa que quebra com um elemento característico do *ethos* camponês, qual seja, a possibilidade de os vizinhos entrarem livremente na propriedade sem problemas:



Figura 5 – Placa na entrada de um aviário proibindo a entrada de pessoas estranhas.  
Fonte: Arquivo pessoal – Trabalho de campo (outubro/2011).



Na cidade, o fato de existirem diversos lugares cuja entrada é proibida a pessoas estranhas é considerado normal pelos colonos. Na colônia<sup>29</sup>, no entanto, isso não é comum. Geralmente os vizinhos entram nas propriedades uns dos outros sem pedir permissão e isso é considerado normal, porque todos se conhecem e as relações são pessoalizadas. O fato de não poder entrar na propriedade do vizinho, portanto, é uma ruptura sentida pelos colonos, pois as relações são obrigadas a se tornarem impessoais, ou seja, não importa se os vizinhos se conhecem ou não. De qualquer forma, sua entrada não será bem vista, pois o recomendado é que apenas os membros da família entrem no aviário.

As empresas utilizam diversas formas de construir a ideologia moderna junto aos integrados. Uma delas é a realização de seminários, nos quais são convidados todos os integrados de uma determinada região a se reunirem em algum local, por exemplo, em algum clube de alguma cidade pólo, a fim de ouvirem palestras de agrônomos, técnicos, administradores, líderes das empresas, dentre outros. Em uma ocasião, teve-se a oportunidade de participar de um desses seminários, que foi denominado Seminário de Gestão Rural Agropecuária BRF Brasil Foods, no município de Encantado no dia 26 de outubro de 2011. Neste seminário, pôde-se perceber claramente a intenção da empresa de criar nos integrados uma forma moderna e capitalista de pensar, acrítica a respeito dos processos vigentes. Exemplo disso é uma frase utilizada por um palestrante na conclusão de sua fala aos integrados: “O ambiente que você faz parte está em constante transformação. Adapte-se às mudanças e garanta seu espaço neste mundo cada vez mais competitivo”. A ideia é fazer o criador sentir-se como um empresário, que tem metas a alcançar, custos a reduzir e lucros a aumentar, sempre objetivando o incremento da produtividade.

Outro mecanismo utilizado pela empresa é a realização dos “dias de campo” em propriedades consideradas pela empresa como modelos, porque são aquelas já adequadas a todas as exigências determinadas, a fim de

---

<sup>29</sup> O termo “colônia” neste contexto é empregado como sinônimo de meio rural. É comumente utilizado em regiões de colonização européia para se referir às *colônias* de terras recebidas pelos *colonos* imigrantes.

servirem como exemplo para os demais criadores que ainda não estão adequados a todas as normativas. Em geral os dias de campo são eventos mais descentralizados do que o seminário citado anteriormente, ocorrendo normalmente um em cada município. Esta é uma estratégia da empresa a fim de gerar *status* ao criador escolhido como “o melhor” e criar nos demais o desejo de também serem escolhidos. Para isso, terão que se adequar às exigências e fazer tudo o que a empresa determina. É através destas táticas, portanto, que as empresas conseguem subordinar seus integrados e atingir seus objetivos.

Em relação à satisfação ou não dos integrados com as agroindústrias, diferentes respostas foram obtidas durante as entrevistas, conforme a empresa com a qual foi assinado o contrato. Os integrados à Sadia relataram estarem satisfeitos com a remuneração em função de que a média de pagamento por cabeça de frango varia entre R\$ 0,45 e R\$ 0,55, pois a idade de abate é de aproximadamente 42 dias. Em contrapartida, os integrados à Perdigão reclamam do valor muito baixo recebido por cabeça de frango (em média de R\$ 0,20 a R\$ 0,25). A justificativa dada pela empresa pelo valor mais baixo é o fato de que a idade de abate das aves é de apenas 30 dias, o que permite alojar um número mais alto de pintos e fazer mais lotes por ano, comparando com aqueles que criam frango até os 42 dias, por exemplo. Em função dessas diferenças, portanto, distintas relações entre integrado e agroindústria são construídas.

Ao mesmo tempo em que em algumas situações constrói-se uma boa relação, em outras, a relação não é pacífica. O caso da região oeste de Santa Catarina é interessante de ser analisado nesse sentido: durante o ano de 2010, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação junto à 1ª Vara do Trabalho de Chapecó/SC contra a empresa Sadia pedindo uma indenização de 20 milhões de reais para ser dividido entre os produtores, em função dos problemas de saúde decorrentes da atividade e ainda solicitando que fosse estabelecido um vínculo empregatício (assalariamento com carteira assinada) entre integradora e integrado (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2010a). Tendo em vista, porém, que o poder político das empresas é superior ao dos integrados, esta ação foi rejeitada pelo Superior Tribunal do Trabalho por ter considerado a

integração como uma forma de parceria rural e não uma relação de emprego ou trabalho (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2010b). De fato, o sistema de integração é veementemente defendido pelas associações patronais como um grande promotor do desenvolvimento no campo brasileiro.

Em entrevista concedida ao jornal Avicultura Industrial, Ricardo Gouvea, então presidente da Associação Catarinense de Avicultura (ACAV) e atual presidente da câmara de sustentabilidade e relações laborais da União Brasileira de Avicultura (Ubabef), defendeu os interesses das empresas:

As exigências de investimento são típicas de quem está sujeito ao mercado, porém cabe separar exigências de ordens sanitárias e ambientais que são de natureza legal e que todo empreendimento precisa obedecer e implantar, portanto não são investimentos abusivos (GOUVEA, 2010).

No mesmo sentido, Clever Pirola Ávila, atual presidente da ACAV, chega a comparar o sistema de integração a uma reforma agrária:

A avicultura integrada é a melhor e mais justa reforma agrária já realizada no país, com distribuição de renda e garantia de qualidade de vida para os parceiros. A parceria entre agroindústria e criadores de aves constituiu um modelo de produção essencial para o desenvolvimento do interior do país (ÁVILA, 2010).

Interessante analisar o fato de que, embora o Ministério Público do Trabalho estivesse pensando nos interesses dos criadores, o presidente do Sindicato dos Criadores de Aves do Estado de Santa Catarina (Sincravesc), Valdemar Kovalski, deixa claro que os avicultores integrados não querem se tornar empregados das agroindústrias:

O que os avicultores querem é uma atividade rentável, retorno da mão de obra empregada e do capital investido. Todo o trabalho que estamos fazendo é para equilibrar a situação e garantir renda para os criadores (KOVALESKI, 2010).

De fato, isso significaria a concreta proletarização dos produtores e a eliminação, do ponto de vista econômico, de todos os elementos de campesinidade que restavam aos criadores. Também no Projeto de Lei 8.023/2010 que tramita na Câmara dos Deputados e no Projeto de Lei 330/2011 em tramitação no Senado Federal, encontra-se um parágrafo específico para afirmar que o sistema de integração não configura relação de emprego ou trabalho.

Tais projetos de lei<sup>30</sup> objetivam criar uma regulamentação específica para o sistema de integração, visto que este é um sistema utilizado por quase todas as empresas dos setores de aves, suínos, fumo, leite, entre outras, e não existe até o momento nenhum tipo de legislação que regulamente e dê garantias aos envolvidos neste tipo de parceria. Entre as propostas, destaca-se a instituição do Fórum Nacional de Integração Agroindustrial (Foniagro), a ser composto por representantes dos integrados, das agroindústrias e do poder público, cuja atribuição seria definir políticas e diretrizes para o aperfeiçoamento dos sistemas de integração no país.

Os projetos propõem também a constituição de comissões para acompanhar o sistema de integração e promover soluções de controvérsias, cuja composição seria paritária entre integrados e a empresa integradora, tendo como um dos objetivos o aumento da transparência nas negociações entre as partes, posto que as informações referentes ao orçamento e lucratividade da empresa, bem como o cálculo feito para definir a remuneração, não são informados aos integrados. “Não dão satisfação nenhuma, nem pros funcionários”, relatou uma avicultora entrevistada.

Um exemplo de situação em que estas comissões atuariam seria o que ocorreu com um grupo de criadores que estavam integrados à Sadia e foram, de maneira imposta, transferidos para a Minuano, empresa que havia falido e agora está reativando as atividades. Esta foi uma decisão fruto de um acordo entre a Sadia e a Minuano, sem nenhum tipo de participação dos integrados, os quais foram informados da decisão em uma reunião, da qual não sabiam nem a pauta, quando convocados. “Nós fomos lá pensando que fosse uma reunião normal de sempre que eles ensinam as coisas do manejo e tal. Chegamos lá e nos disseram: de agora em diante vocês vão trabalhar pra Minuano”. A comissão de acompanhamento, nesse caso, faria a interlocução entre as empresas e os integrados, no sentido de ao menos consultar os integrados e ver se eles estavam de acordo ou não com a transferência e exigir garantias de pagamento e de continuidade da produção.

---

<sup>30</sup> Podem ser consultados em inteiro teor nos anexos I e II deste trabalho.

Os transferidos para a Minuano, que foram entrevistados, relatam que foram prejudicados com a mudança porque agora a Minuano demora, em média, 90 dias para fazer o pagamento de cada lote. “Eles fazem capital de giro usando o dinheiro dos colonos”, relatou um entrevistado que foi transferido. É esta a importância da existência de comissões paritárias que impeçam esse tipo de prejuízos dos integrados. Estes projetos estão em tramitação no congresso nacional e aguardam votação dos parlamentares.

Em suma, como um instrumento de modernização e descampesinização e, ao mesmo tempo e de forma contraditória, como uma estratégia de reprodução da condição camponesa, o sistema de integração é a única possibilidade visualizada pelos avicultores do município de Anta Gorda e, provavelmente, de boa parte do país (TEDESCO, 2001). É o único sistema que garante mercado e uma rentabilidade mínima aos criadores porque praticamente todas as empresas adotaram esse sistema, o que inviabiliza qualquer tentativa de produção independente em função da falta de mercado para colocar a produção. As empresas, por sua vez, utilizam dessa situação como estratégia para consolidar a unilateralidade na definição dos valores a serem pagos aos integrados, na determinação das formas de manejo, nos condicionamentos das instalações, entre outros.

### **3.3 Rupturas e continuidade na avicultura integrada em Anta Gorda**

Como vimos, a avicultura é um dos setores da agricultura em que mais houve rupturas em relação ao campesinato tradicional. No trabalho de campo, no entanto, buscou-se identificar os elementos de continuidade que se mantêm vivos no cotidiano dos avicultores de Anta Gorda. A principal continuidade identificada é o fato de que a base do trabalho é sustentada na família. Muito raramente, apenas quando as atividades são muito intensas, é que as famílias solicitam ajuda de algum vizinho ou algum jovem que trabalha “por dia”. Em termos financeiros, as famílias entrevistadas não teriam condições de ter um empregado na sua forma regular, pagando-lhe um salário.

Geralmente o trabalho é feito pelo casal (quando os filhos já migraram)<sup>31</sup> ou com a ajuda de um filho ou uma filha. As crianças começam a trabalhar cedo. Normalmente com oito ou nove anos, elas já passam a acompanhar os pais no trabalho, a fim de, aos poucos, aprender as técnicas de trabalho e auxiliar os pais nas atividades que exigem menor esforço físico. Em geral os filhos estudam durante um turno e ajudam no trabalho no turno inverso. Este é um elemento importante do *ethos* camponês que se mantém, visto que a inserção da criança no mundo do trabalho significa para o camponês um processo de aprendizagem e de iniciação gradativa da criança ao mundo dos adultos<sup>32</sup>.

Nesse sentido, o uso da mão-de-obra familiar nos aviários é um interesse das empresas também porque quando o trabalho é feito pelos “donos<sup>33</sup>” do empreendimento, ele é realizado com mais empenho. Se a mão-de-obra fosse assalariada, o serviço não seria feito com tanto capricho porque o produto do trabalho não seria destinado ao trabalhador, mas a outrem. Essa é uma estratégia da empresa, porque o criador trabalha como se o produto de seu trabalho fosse para ele, o que é típico do campesinato, mas na realidade o produto do seu trabalho, que são os frangos adultos, é apropriado pela empresa. Coradini, Pompermayer e Sorj (1981/2008) constataram esse processo em suas pesquisas:

(...) a primeira condição para ser integrado a essa empresa (Sadia) é que o produtor seja “minifundiário” e que a mão-de-obra seja familiar, porque “a Sadia não trabalha com proprietários absenteístas. (...) A família é que deve trabalhar no aviário, porque a Sadia não quer

---

<sup>31</sup> O percentual de jovens que saem do meio rural em Anta Gorda não é diferente da tendência geral de altos índices de migração rural-urbana, tanto em busca de trabalho quanto em busca de estudo.

<sup>32</sup> Nos últimos anos, tem-se discutido a questão da exploração do trabalho infantil e o impedimento ou obstrução do acesso das mesmas ao estudo, processo que acontecia com muita frequência nas famílias dos primeiros colonos que habitaram a região, pois não se tinha o estudo como um valor importante tal como se tem hoje. Em função disso, não se presenciou, no trabalho de campo, nenhuma situação de exploração infantil ou algo semelhante.

<sup>33</sup> O termo “donos” foi colocado entre aspas para demonstrar a propriedade apenas formal do estabelecimento. Com efeito, durante as entrevistas eram recorrentes frases como as seguintes: “Ah, hoje não se é mais dono das coisas...” ou “Não, não. Não somos mais donos das nossas coisas, nós somos que nem os empregados deles e pior é que somos empregados e não ganhamos férias, nem final de semana, décimo terceiro, nada...”.

peão, porque o peão não tem o ‘capricho’ pela produção” <sup>34</sup> (1981/2008, p. 34).

Os colonos têm um “amor” especial pelo serviço. Nas diversas construções que os criadores são obrigados a fazer, como composteiras<sup>35</sup>, “escritórios”, banheiros, dentre outras, seguidamente encontram-se registrados o nome da pessoa que construiu e a data, evidenciando, desse modo, os laços de afetividade entre os colonos e o estabelecimento em que trabalham. Assim, a empresa se beneficia do capricho do colono e de sua família, deixando transparecer que eles estão trabalhando para si mesmos, quando, em realidade, estão trabalhando para a empresa. O fato de o criador trabalhar como se fosse para si, nesse contexto, é um elemento de continuidade, ao passo que a apropriação desse trabalho pela empresa é uma das principais rupturas que caracterizam o sistema de integração.

A família, enquanto instituição, não se restringe à orientação apenas da organização do trabalho, mas também de diversos aspectos que compõem o *ethos* de colono. Nesse sentido, apesar de a modernidade ter diminuído a influência da família para a organização da sociedade, na colônia a instituição familiar *continua* sendo uma referência para as ações dos indivíduos. Este talvez seja um elemento de distinção do rural em relação ao urbano. O fato, por exemplo, de que, na colônia, as refeições são feitas diariamente em conjunto com toda a família é um elemento que fortalece esta *continuidade*.

Além disso, a maior parte dos entrevistados cultiva diversos tipos de verduras, frutas, legumes e cria animais para consumo próprio. Isto também é uma continuidade de fundamental importância que permite a reprodução da condição camponesa, pois evita que o colono precise comprar uma quantidade significativa de alimentos e possa investir o dinheiro em outras necessidades, o que lhe garante relativa soberania alimentar. Essa é uma das características clássicas do campesinato tradicional que produz os alimentos de que necessita para sua subsistência e possui um vínculo de proximidade com a terra. Quanto

---

<sup>34</sup> A frase entre aspas é uma fala do encarregado de relações públicas da Sadia Avícola – Chapecó/SC em entrevista concedida aos autores em 03/02/1981.

<sup>35</sup> Casa de tamanho reduzido construída com a finalidade de armazenar os frangos mortos até a sua decomposição.

mais diversificada a produção, mais forte é identidade de colono (SEYFERTH, 1993). A imagem a seguir (Figura 6) é um exemplo de produção de gêneros alimentícios em conjunto com a avicultura:



Figura 6 - Produção de gêneros alimentícios em conjunto com a avicultura.  
Fonte: Arquivo pessoal – Trabalho de Campo (outubro/2011).

Os criadores, obviamente, também não precisam comprar carne de frango, porque consomem os frangos criados no próprio aviário. Nesse sentido, constatou-se uma estratégia interessante, por parte de alguns criadores, a fim de tornar o frango um tanto mais tradicional: depois de concluído o lote, os frangos são alimentados por um tempo (em média, de 15 a 20 dias) apenas com quirela de milho “pra deixar a carne mais firme” ou “pra se limpar”, pois consideram que o frango com 30 ou 40 dias de vida, alimentado com a ração trazida pela empresa, não é adequado para a alimentação da família. “Se não tu vai cozinhar e a carne se desmancha”, “parece que não dá...” “Matamos um do aviário esses dias, porque passamos em cima com o carrinho<sup>36</sup> e ele está ainda ali no freezer”. Os colonos, portanto, criaram uma estratégia de

---

<sup>36</sup> O carrinho a que a entrevistada se refere é aquele com o qual se transporta a ração dentro do aviário a fim de encher os cochos.



transformar o frango industrial e moderno em galo ou galinha ao estilo colonial camponês.

Outra campesinidade identificada nos sujeitos desta pesquisa é o que Mendras (1978) denominou de sociedade do interconhecimento, ou seja, todos se conhecem mutuamente e têm seus comportamentos altamente previsíveis. “Cada um sabe como deve conduzir-se e sabe também que os outros esperam dele um tal comportamento em tal situação” (MENDRAS, 1978, p. 90). Isto está fortemente atrelado à ideia de comunidade, ou coletividades rurais, na terminologia do autor, muito presente no contexto dos colonos de Anta Gorda. Nos finais de semana, o lazer é praticado nos centros comunitários, juntamente com os demais membros da comunidade, geralmente após o culto dominical ou missa, que é realizada uma vez por mês na capela.

No mesmo sentido, a prática do *filó* ou *serão* também constitui um elemento de continuidade em relação à tradição dos antigos colonos que se reuniam à noite para jogar baralho (trissete, quatrilho, bisca), fazer serviços, como descascar milho<sup>37</sup> e conversar sobre assuntos das lavouras, animais ou ainda para contar piadas e jogar brincadeiras como *tômbola*<sup>38</sup>, *tria*, *mora*<sup>39</sup>. Comia-se batata, pinhão, pipoca, rapadura, em alguns, cantavam-se músicas típicas dos imigrantes italianos e rezava-se o terço. Atualmente, embora esta prática ocorra com menor frequência<sup>40</sup>, ainda se fazem os *filós*, geralmente durante o inverno, período em que as noites são mais compridas. Obviamente, o estilo do *filó* de hoje é significativamente diferente do *filó* tradicional. Dificilmente se reza o terço, não se descasca mais milho, raramente se joga *tria*, *mora* ou *tômbola*. Nos *filós* de hoje em dia, geralmente os homens jogam

---

<sup>37</sup> A máquina de descascar milho é uma inovação trazida pela modernização. Antes dela, o milho era descascado manualmente.

<sup>38</sup> A *tômbola* é um jogo semelhante ao bingo.

<sup>39</sup> O jogo da *mora* é típico da cultura dos imigrantes italianos. São duas pessoas que jogam uma contra a outra. Uma mostra para a outra a mão com uma determinada quantidade de dedos ao mesmo tempo em que diz um número (em dialeto vênето). Ganha aquele que acertar primeiro a soma dos dedos das duas mãos juntas. A prática deste jogo vem decaindo ultimamente. São poucos os que ainda sabem jogar a *mora*. Isso pode, portanto, ser considerado uma ruptura, visto que as práticas de lazer desse grupo social também têm se transformado.

<sup>40</sup> Atualmente, as famílias possuem televisão e passam as noites assistindo aos noticiários e às novelas, ao invés de fazerem o *filó*. Antes disso, não se tinha outro passatempo a não ser visitar os vizinhos, por isso a prática do *filó* era mais recorrente.

baralho (frequentemente quatrilha ou trisete) e as mulheres fazem crochê e tricô e assistem à televisão, sempre com acompanhamento de algo para comer<sup>41</sup>. Isso não significa que todo filó ocorra dessa forma. Em muitos casos, o que ocorre é apenas uma visita. Diversas entrevistas realizadas nesta pesquisa foram feitas na forma de filó nas casas dos criadores.

A religião também pode ser pensada como um elemento que evidencia as rupturas e as continuidades. Para o campesinato tradicional a religião possui papel central na condução de diversos aspectos comportamentais. Na modernidade, contudo, ela veio perdendo espaço. De fato, constata-se na realidade atual, um distanciamento, especialmente dos jovens, das práticas religiosas. Nos cultos aos finais de semana, a predominância maior de freqüentadores era do público idoso e de meia idade, o que demonstra um elemento de ruptura. O fato, porém, de os jovens não freqüentarem a Igreja não significa que esta não exerça influência sobre seu comportamento, ao contrário, muitas das atitudes dos jovens rurais são influenciadas indiretamente pelo ideário cristão/católico, em função de que faz parte da cultura daquelas pessoas o temor a Deus e a valoração da comunidade como um espaço de convivência e da família como o elemento estruturante da construção da vida, o que evidencia uma continuidade em relação ao campesinato tradicional.

Conforme os relatos de alguns entrevistados, outro fator que contribui para a diminuição da frequência dos filós foi o fato de que “hoje em dia os jovens têm mais liberdade”, “eles têm menos limite que antigamente”, ou seja, nos tempos idos do início da colonização dos imigrantes, os jovens só podiam frequentar a “bodega”<sup>42</sup> depois que voltassem do quartel ou depois que completassem 18 anos. Antes dessa idade os jovens, no lugar de irem à

---

<sup>41</sup> Geralmente nos filós são as mulheres as responsáveis pelo preparo de algum tipo de comida para ser servida à(s) família(s) visitante(s). Isso pode ser considerado uma continuidade, no sentido de que a mesa farta, para o colono, é sinônimo de bem-estar e receptividade. Uma diferença (ruptura) é que hoje em dia, muitas vezes, as comidas servidas são compradas prontas dos “padeiros” que passam nas casas nas comunidades vendendo cucas, biscoitos, entre outros. Isso ocorre em função do fato de que as mulheres acumulam tarefas ligadas à produção, no caso a avicultura ou as demais atividades do estabelecimento e não lhes resta tempo para o preparo de comidas tradicionais, tal como era feito pelos colonos imigrantes.

<sup>42</sup> Bodega é o termo utilizado pelos sujeitos desta pesquisa para se referir ao(s) bar(es) da comunidade onde os homens se reúnem para jogar baralho, sinuca e outros jogos.

“bodega”, tal como fazem hoje, eles se reuniam na casa de alguém e jogavam baralho, faziam brincadeiras, ou seja, faziam o filó. Hoje eles podem frequentar as “bodegas” desde os 12 anos aproximadamente, então a prática do filó entre os jovens também diminuiu.

Outra continuidade facilmente notável é o uso do dialeto vêneto. Obviamente, a frequência de seu uso é menor do que no início da colonização, porém em diversas situações esta língua ainda é utilizada, especialmente nos filós, nos jogos de bocha e nas bodegas, principalmente nas conversas entre os idosos. Interessante notar que o uso deste recurso lingüístico ocorre apenas no ambiente da colônia, uma vez que na cidade, esta forma de se expressar é considerada atrasada, feia e imprópria. Aquele que vai para a cidade e não consegue se comunicar em português é chamado de “colono-grosso”.

Todos esses elementos de continuidade estão convivendo harmônica e desarmonicamente com as rupturas em relação ao campesinato tradicional. A interpretação de Tedesco (1999), nesse contexto, auxilia na compreensão da realidade social dos colonos de Anta Gorda, visto que ele considera que o *ethos* do colono desenvolve seu cotidiano sob a ótica de uma racionalidade interna (própria do colono), de modo que as relações desse sujeito com a agroindústria e com o mundo moderno e globalizado não romperam com a noção de “mundo rural”, apesar das intensas transformações geradas pela modernização.

Constrói-se, assim, um conjunto de valores que norteiam a ação do indivíduo, mas que não a determina. O indivíduo se apropria dessas influências, mas as utiliza de acordo com seus objetivos. O indivíduo não tem a capacidade de fugir de influências, mas ele pode decidir como se apropriar delas. A sociedade, portanto, não é determinada nem apenas pela estrutura, nem apenas pelos indivíduos. Ambas as partes influenciam uma à outra.

No caso dos colonos, a influência da estrutura é o incentivo à modernização, ou seja, os colonos não tinham (e não têm) escolha se querem ou não se modernizar. Se não o fizerem, serão excluídos do sistema. O que eles podem fazer é decidir a maneira como proceder diante do processo de modernização e isso os colonos o fazem de acordo com seu *ethos* de colonos.

Tais sujeitos percebem as transformações provocadas pela modernização de diferentes formas. Uns consideram positivas, outros negativas, outros enxergam tanto os benefícios quanto os malefícios. O trecho em sequência é uma fala de um ex-criador de frangos entrevistado durante o trabalho de campo:

As coisas de 60 anos para cá mudaram que não dá pra fazer ideia. Mas sempre tem alguma coisa que incomoda, por exemplo, antes um porco precisava comer 5 quilos de ração pra fazer um quilo de carne. Hoje precisa dois, mas a carne não é mais boa como antigamente. Hoje todo mundo tem carro, mas também tem poluição. Hoje não tem mais enxada porque tem herbicida, mas isto é veneno que faz mal pra saúde. Hoje tem a moto-serra que diminui a mão-de-obra, mas também ela destrói a natureza porque incentiva o desmatamento. Então, tem o bom, que não dá pra dizer que não, mas por trás sempre tem alguma coisinha que incomoda.

A fala deste senhor sintetiza os principais avanços trazidos pela modernização ao mesmo tempo em que evidencia as consequências negativas geradas indiretamente por essas inovações. O sistema de integração também pode ser visto por essa ótica, ou seja, ele traz benefícios como, por exemplo, a garantia de uma renda constante, garantia de que a produção terá liquidação, o incremento de novas tecnologias, dentre outras vantagens, porém traz consigo diversas “coisas que incomodam”, como a falta de autonomia dos integrados, a subordinação à empresa, a expropriação da renda produzida e as jornadas de trabalho exaustivas.

Em suma, as constatações evidenciadas permitem inferir que o tripé Terra, Trabalho e Família teorizado por Tedesco (1999) e as características propostas por Tavares dos Santos (1978), apesar das rupturas identificadas, permanecem vivas no cotidiano dos colonos criadores de frango em Anta Gorda. Nos sistemas de integração, “o que está em jogo é a necessidade de reprodução da unidade familiar e o *ethos* do colono: o colono luta, diversifica sua produção para continuar a ser colono” (TEDESCO, 2001, p. 124). Em síntese, os principais aspectos de continuidade identificados no trabalho de campo desta pesquisa foram: a base do trabalho centrada no núcleo familiar, a manutenção do vínculo com a terra, visto que a maioria continua produzindo alimentos para subsistência, a valorização da comunidade como um elemento aglutinador dos colonos, a prática do filó e as estratégias dos colonos para adaptar o frango industrial em frango camponês. Em última instância esses

elementos expressam a singularidade do colono ao se inserir no processo de modernização da agricultura, ou seja, a forma específica com que os colonos se apropriam das influências externas e as reificam de acordo com seu *ethos*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões realizadas neste trabalho, pode-se concluir que o meio rural de Anta Gorda, assim como da maior parte das regiões do país, passou por um profundo processo de modernização, com o incremento de novas tecnologias, novas formas de inserção nos mercados e novas maneiras de se fazer agricultura. O colono de hoje é significativamente diferente do colono imigrante, seja do final do século XIX ou do início do XX. Ele acompanhou as mudanças que iam ocorrendo em seu contexto e se modernizou. Em função disso, sua identidade camponesa passou a ser questionada, sobretudo pelos autores que utilizam uma análise compreensivista da realidade social. Ele teria incorporado uma nova racionalidade e teria construído uma nova identidade, a de agricultor familiar. Um outro grupo de autores propõe que a modernização dos camponeses foi uma estratégia que permitiu sua reprodução enquanto camponeses. As reflexões realizadas a partir da leitura dos referenciais teóricos e das informações obtidas durante o trabalho de campo permitem concluir que os colonos incorporaram/incorporam a racionalidade moderna, mas o fizeram/fazem de acordo com o conjunto de valores que constituem o ethos do colono.

Em relação à posição social desses sujeitos, constatou-se a sua condição de subalternidade em relação aos representantes do capital industrial, especialmente do meio urbano, por terem o valor produzido pelo seu trabalho expropriado pela indústria no momento da entrega do lote e também por serem representantes de diversos elementos de continuidade num contexto em que a tendência é de rupturas, ou seja, possuírem diversas características típicas do tradicional no contexto da modernidade.

Em termos práticos, percebeu-se que quando a avicultura é apenas uma atividade complementar na propriedade, encontram-se mais continuidades do

que rupturas, ao passo que nos estabelecimentos em que a avicultura é a atividade principal, ou seja, a atividade que proporciona a maior renda para a família, identificam-se mais rupturas do que continuidade, o que permite inferir que a avicultura brasileira, nos moldes com que está organizada atualmente é um elemento que promove rupturas em relação ao campesinato tradicional com mais intensidade do que outras atividades produtivas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

ÁVILA, Clever P. **[Entrevista disponibilizada em 11 de março de 2011 a Associação Catarinense de Avicultura - ACAV]**. 2011. Disponível em: [http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/regulamentacao-do-sistema-de-producao-integrada-nao-pode-engessar-avicultura-brasileira%2c20110311144752\\_X\\_823%2c20081118090510\\_F\\_732.aspx](http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/regulamentacao-do-sistema-de-producao-integrada-nao-pode-engessar-avicultura-brasileira%2c20110311144752_X_823%2c20081118090510_F_732.aspx). Acesso em 02 nov. 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *In: Em Tese*, V. 2 n. 1, 2005.

CONDENAÇÃO da Sadia. **Avicultura Industrial**, 16 set. 2010. Disponível em: [http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/condenacao-da-sadia,20100916095110\\_C\\_007,20081118090510\\_F\\_732.aspx](http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/condenacao-da-sadia,20100916095110_C_007,20081118090510_F_732.aspx). Acesso em 02 nov. 2011.

CORADINI, Odacir L.; POMPERMAYER, Malori J.; SORJ, Bernardo. **Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://www.bvce.org/>.

FEE. **Federação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul**. [www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br). Acesso em 05 dez. 2011.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. *In: BAUER, Martin; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOUVEA, Ricardo. **[Entrevista disponibilizada em 23 de setembro de 2010 a Avicultura Industrial]**. 2010. Disponível em [http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/voz-da-integracao,20100923142016\\_G\\_614,20081118090510\\_F\\_732.aspx](http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/voz-da-integracao,20100923142016_G_614,20081118090510_F_732.aspx). Acesso em 02 nov. 2011.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

IBGE. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. <http://www.ibge.gov.br/sidra>. Acesso em 27 out. 2011.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.



KOVALESKI, Valdemar. **[Entrevista disponibilizada em 06 de outubro de 2010 a Avicultura Industrial]**. 2010. Disponível em: <[http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/relacao-de-empreendimento,20101006105329\\_X\\_167,20081118090510\\_F\\_732.aspx](http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/relacao-de-empreendimento,20101006105329_X_167,20081118090510_F_732.aspx)>. Acesso em 02 nov. 2011.

MARQUES, Marta I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

MARTINS, José de S. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENGEL, Alex; AQUINO, Silvia. Integração Produtiva na Agricultura Familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento. **II Conferência do Desenvolvimento (Code/Ipea)**. Brasília, Nov. 2011. (no prelo).

PAULILO, Maria I. S. **Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, Sec. de Estado de Cultura e Esporte, 1990.

PAULINO, Eliane T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLOEG, Jean V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RELAÇÃO de empreendimento. **Avicultura Industrial**, 06 out. 2010. Disponível em: <[http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/relacao-de-empreendimento,20101006105329\\_X\\_167,20081118090510\\_F\\_732.aspx](http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Noticias/relacao-de-empreendimento,20101006105329_X_167,20081118090510_F_732.aspx)>. Acesso em 02 nov. 2011.

SANTOS, Boaventura de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: **Anuário Antropológico/91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SILVA, Jeane M. Análise do discurso e pesquisa qualitativa em Geografia. In: RAMIRES, Julio C. de L; PESSÔA, Vera L. S. **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José V. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEDESCO, João C. **Terra, Trabalho e Família**: Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês. Passo Fundo: UPF, 1999.

\_\_\_\_\_. Contratualização e racionalidade familiar. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

WANDERLEY, Maria N. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.** V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu/MG, 1996.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

## APÊNDICE

### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

#### Caracterização econômica

1. Quantos aviários a família possui?
2. A qual empresa a família está integrada?
3. Qual a média de criação de cabeças de frango/lote do estabelecimento?
4. Qual o tamanho da propriedade?
5. Quantos lotes são feitos por ano em média?
6. Qual o rendimento médio bruto e líquido de cada lote?

#### Questões sociológicas

7. Há quanto tempo possui aviário?
8. **Motivação:** Por que decidiu instalar? Conte um pouco da história da família.
9. Você está satisfeito com a atividade?
10. **Renda:** Você considera que a avicultura é capaz de satisfazer todas as necessidades da família?
11. Se não, quais os motivos?
12. O rendimento provindo da avicultura representa quanto por cento da renda total da família?
13. O que mudou na sua vida com a instalação do aviário?
14. **Vantagens:** Destaque as principais vantagens da avicultura em relação as demais atividades agrícolas.
15. **Problemas:** Destaque os principais problemas da atividade.
16. **Muitos desistiram da atividade:** O que lhe estimula a continuar?
17. **Futuro:** Quais seus planos para o futuro da atividade em seu estabelecimento?
18. Pretende mudar de atividade em curto ou médio prazo? Explique porquê.

19. **Financiamentos:** Que tipo de financiamento foi acessado para a construção do aviário?
20. **Embelezamento:** Incentivos ao embelezamento do aviário. O que você acha disso?
21. **Outras produções/Subsistência:** Sua família tem algum tipo de produção além da avicultura?
22. Estas outras produções são destinadas apenas para o mercado ou servem também para subsistência?
23. **Pluriatividade:** Alguém da família trabalha fora e mora com a família?

### Questões antropológicas

24. **Reciprocidade:** Como é sua relação com os vizinhos e a comunidade? Existe algum tipo de ajuda mútua ou é cada um por si e Deus pra todos?
25. **Herança:** Sua propriedade, seu aviário foi comprada pela sua família ou foi herdada de seus pais?
26. **Parentesco:** Existe alguma relação de parentesco envolvida na atividade avícola?
27. **Alimentação:** Vocês consomem a carne dos frangos criados nos aviários sem nenhum problema?

### Questões políticas

28. Existe algum tipo de organização para reivindicar os direitos?
29. **Participação Política:** Como se organizam para reivindicar os direitos?
30. **STRs:** Em que sentido o Sindicato dos Trabalhadores Rurais ajuda? Para que ele serve na sua vida?
31. Qual deve ser, no seu entendimento, a função do Sindicato na sociedade?
32. **Fusão BRF:** Quais as conseqüências da fusão da Perdigão com a Sadia e Avipal, para a atividade?
33. Você percebeu alguma reação dos produtores a respeito dessa fusão?
34. Outras observações.

## **ANEXOS**

**Anexo 1:** Projeto de Lei número 8023/2010 da Câmara Federal.

**Anexo 2:** Projeto de Lei número 330/2011 do Senado Federal.

**Anexo 3:** Instrução Normativa Nº 56 de 04 de dezembro de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Anexo 4:** Exemplo de contrato de integração

**ANEXO 1:****PROJETO DE LEI Nº 8023, DE 2010**

**(Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e  
Desenvolvimento Rural)**

Dispõe sobre a integração vertical na agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei tipifica os contratos de integração vertical na agropecuária, estabelece obrigações e responsabilidades gerais para os produtores integrados e as agroindústrias integradoras, institui mecanismos de transparência na relação contratual, cria o Fórum Nacional de Integração Agroindustrial -FONIAGRO e as Comissões para Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e Solução de Controvérsias -CADISC, e dá outras providências.

Parágrafo único. A integração vertical agropecuária entre cooperativas agropecuárias e seus associados ou entre cooperativas entre si associadas constitui ato cooperativo, regulada por legislação específica aplicável às sociedades cooperativas.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I – **integração agroindustrial ou integração**: o sistema de integração vertical entre produtores agrícolas e agroindústrias integradoras, visando planejar e realizar a produção de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final, e cujas responsabilidades e obrigações recíprocas são estabelecidas em contratos de integração;

II – **produtor agropecuário integrado ou produtor**

**integrado:** produtor agropecuário, pessoa física ou jurídica, que individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de prepostos, se vincula à integradora por meio de contrato de integração para produção de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final;

**III – agroindústria integradora:** pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor agropecuário por meio de contrato de integração para recebimento de matéria-prima, de bens intermediários ou de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial;

**IV -contrato de integração econômica vertical ou contrato de integração:** o contrato firmado entre o produtor integrado e a integradora que estabelece a finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outras que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato;

§ 1º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à agroindústria integradora os comerciantes e exportadores que, para obterem matéria-prima, bens de consumo intermediário ou final, celebram contratos de integração com produtores agropecuários.

§ 2º A simples obrigação do pagamento do preço estipulado contra a entrega dos produtos agropecuários não caracteriza um contrato de integração.

§ 3º A integração definida nos termos desta lei não configura relação de emprego entre integradora e integrado, seus prepostos ou empregados.

**Art. 3º** É princípio orientador na aplicação e interpretação dessa lei que a relação de integração caracteriza-se pela conjugação de recursos e esforços e pela distribuição dos resultados.

**Art. 4º** O contrato de integração, sob pena de nulidade, deve ser escrito de forma direta e precisa, em português simples e com letras em fonte doze ou maior, e dispor sobre as seguintes questões, sem prejuízo de outras que as partes considerem mutuamente aceitáveis :

I – as características gerais do sistema de integração e as exigências técnicas e legais;

II -as responsabilidades e obrigações da integradora e do integrado no sistema de produção agropecuário;

III – os parâmetros técnicos e econômicos indicados ou anuídos pela agroindústria integradora para o estudo de viabilidade econômica

e financeira do projeto;

IV – os padrões mínimos e os métodos de aferição da qualidade dos insumos fornecidos pela integradora e do produto a ser entregue pelo integrado;

V -as fórmulas para o cálculo da eficiência da criação animal ou do cultivo vegetal, com explicação detalhada dos parâmetros empregados e da metodologia de obtenção dos resultados;

VI -as formas e os prazos de pagamento ao produtor integrado, devendo ser estabelecidos multa por atraso e o valor mínimo de remuneração financeira a ser pago aos integrados para cada ciclo de produção;

VII – os custos financeiros e administrativos do crédito e dos insumos fornecidos em adiantamento pela integradora;

VIII – as condições para o acesso às áreas de produção agropecuária por preposto da integradora e das áreas industriais pelo integrado ou seu preposto;

IX – as responsabilidades quanto ao pagamento de taxas e impostos inerentes ao sistema de produção integrada e as obrigações previdenciárias da agroindústria integradora e dos produtores integrados;

X – as obrigações da integradora e do integrado no atendimento às exigências sanitárias legais, a prevenção e o controle sanitário dos rebanhos e das culturas agrícolas, e as ações emergenciais em caso de surto de doença ou praga;

XI – as obrigações da integradora e do integrado no atendimento às exigências legais de proteção ambiental;

XII – a obrigatoriedade ou não de seguro da produção, os custos para as partes contratantes e a extensão de sua cobertura;

XIII – a definição de prazo para aviso prévio de interrupção do contrato de produção integrada, que deve levar em consideração o ciclo produtivo da atividade e o montante dos investimentos realizados;

XIV – a instituição de Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e de Solução de Controvérsias -CADISC, a quem as partes concordam recorrer para a solução de controvérsias quanto a interpretação de cláusulas contratuais ou outras questões inerentes à relação de integração;

XV – as sanções para os casos de inadimplemento ou



rescisão unilateral do contrato;

§ 1º O Fórum de Justiça da localidade onde se situa o empreendimento do produtor integrado deverá ser indicado no contrato para fim de solução de litígio judicial.

§ 2º O pagamento do valor mínimo de remuneração financeira previsto no inciso VI deste artigo será condicionado ao cumprimento pelas partes das obrigações previstas no contrato.

**Art. 5º** Fica criado o Fórum Nacional de Integração Agroindustrial FONIAGRO, entidade privada com a atribuição de definir políticas e diretrizes para o acompanhamento e o desenvolvimento dos sistemas de integração agroindustrial.

§ 1º O FONIAGRO será constituído em número igual de membros por representantes dos produtores integrados, das agroindústrias integradoras;

§ 2º O regulamento desta Lei definirá o número de participantes do FONIAGRO e as entidades que indicarão os representantes, seu regime e localidade de funcionamento e outros aspectos de sua organização;

§ 3º Deverão ser criadas Câmaras Técnicas para cada setor do agronegócio em que exista integração agroindustrial.

**Art. 6º** Cada unidade da agroindústria integradora e os produtores a ela integrados deve constituir Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e de Solução de Controvérsias -CADISC, de composição paritária e integrada por membros indicados pela integradora e pelas entidades representativas dos integrados, com os seguintes objetivos, entre outros a serem estabelecidos em seu regulamento:

I – elaborar estudos e análises econômicas, sociais e tecnológicas das cadeias produtivas ou de segmentos das cadeias;

II – acompanhar e avaliar os padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos integrados e a evolução dos parâmetros de qualidade dos produtos requerida pela integradora;

III -estabelecer o sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações pelos contratantes;

IV – promover estudos e avaliações dos aspectos jurídicos, sociais, econômicos, sanitários e ambientais do contrato de integração;

V – definir o intervalo de tempo e os requisitos técnicos e

financeiros a serem empregados para atualização dos indicadores de desempenho das linhagens de animais e das cultivares de plantas utilizados nas fórmulas de cálculo da eficiência de criação ou de cultivo;

VI – formular o Plano de Modernização Tecnológica da Integração, estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir a participação dos Integrados e da Integradora no financiamento dos bens e ações previstas;

VII – servir de fórum para a conciliação e solução das controvérsias entre os produtores integrados e a agroindústria integradora;

VIII – criar e administrar o Fundo Emergencial da Integração, para assistência financeira temporária aos Integrados nos casos em que eventos extraordinários provoquem interrupção da atividade ou queda significativa de produtividade, conforme regras definidas em regimento próprio.

Parágrafo único. A CADISC deverá estabelecer em regulamento próprio as formas e os valores das contribuições financeiras dos produtores integrados e da agroindústria integradora para o desenvolvimento de suas atribuições.

**Art. 7º** A agroindústria integradora deverá organizar Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI) relativo a cada ciclo produtivo do produtor integrado.

§ 1º O RIPI deverá conter informações sobre os insumos fornecidos pela integradora, os indicadores fitotécnicos e zootécnicos da produção integrada, as quantidades produzidas, os índices de produtividade e os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros, os valores pagos aos integrados, entre outros a serem definidos pela CADISC.

§ 2º O RIPI deverá ser consolidado até a data do acerto financeiro entre Integradora e Integrado e fornecido ao integrado, a CADISC e a sua entidade representativa em meio digital e, quando solicitado, também em papel.

§ 3º O produtor integrado deverá autorizar por escrito o fornecimento do RIPI a sua entidade representativa e à CADISC.

§ 4º É facultado ao Integrado, individualmente ou por intermédio de sua entidade representativa ou da CADISC mediante autorização escrita, solicitar à Integradora esclarecimentos ou informações adicionais sobre o RIPI, as quais deverão ser fornecidas sem custos e no prazo máximo de até quinze dias após o pedido.

**Art. 8º.** Para os devidos fins e efeitos todos os bens

fornecidos pela agroindústria integradora ao produtor integrado em decorrência das necessidades da produção serão tidos como de propriedade da integradora, inclusive aqueles que estiverem em processo de desenvolvimento a cargo do integrado, incluídos os animais, as sementes e plantas em fase de desenvolvimento, podendo ser estabelecidas normas que permitam o consumo próprio familiar.

**Art. 9º** A agroindústria integradora deverá elaborar e atualizar trimestralmente Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC), para fornecer ao interessado em aderir ao sistema de integração, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

I -razão social, forma societária e histórico da composição societária nos últimos cinco anos, nomes dos sócios-proprietários da agroindústria integradora ou dos sócios-controladores das empresas de capital aberto;

II -descrição do sistema de produção integrada e das atividades a serem desempenhadas pelo integrado;

III -informações quanto aos requisitos sanitários e ambientais e os riscos econômicos inerentes à atividade;

IV – estimativa dos investimentos em instalações zootécnicas ou áreas de cultivo e dos custos fixos e variáveis do integrado na operação de produção;

V – estimativa de remuneração do integrado por ciclo de criação de animais ou safra agrícola, utilizando-se para o cálculo preços e índices de eficiência produtiva médios nos doze meses anteriores;

VI -alternativas de financiamento agropecuário de instituição financeira ou da agroindústria integradora e as garantias da integradora para o cumprimento do contrato durante o período do financiamento;

VII -Os parâmetros técnicos e econômicos indicados pela integradora para uso no estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento do empreendimento.

VIII – relação com nome, endereço e telefone dos integrados ativos e dos produtores que se desligaram da integradora nos últimos doze meses, exceto quando não autorizado.

**Art. 10.** Compete ao produtor integrado atender as exigências da legislação ambiental para o empreendimento ou atividade desenvolvida em sua propriedade rural, e o planejamento e a implementação

de medidas de prevenção dos potenciais impactos ambientais negativos, a mitigação e a recuperação de danos ambientais.

§ 1º Nas atividades agropecuárias de integração em que haja suprimento de insumos e a tecnologia empregada seja definida e supervisionada pela agroindústria integradora, são responsabilidades concorrentes da integradora e dos integrados as ações relativas à proteção ambiental e à recuperação de danos ao meio ambiente ocorridos em decorrência do empreendimento.

§ 2º Compete a agroindústria integradora, nas relações de integração em que haja suprimento de insumos e a tecnologia empregada seja por ela definida e supervisionada :

I – fornecer projeto técnico de instalações zootécnicas, das áreas de produção agrícola e das obras complementares, em conformidade com as exigências da legislação ambiental, e supervisionar sua implantação;

II – auxiliar o integrado no planejamento de medidas de prevenção, controle e mitigação dos potenciais impactos ambientais negativos e prestar apoio técnico na sua implementação;

III – elaborar, em conjunto com o integrado, plano de descarte de embalagens de agroquímicos, desinfetantes e produtos veterinários, e supervisionar sua implementação;

IV -fazer, em conjunto com o integrado, plano de manejo dos resíduos da atividade e supervisionar sua implementação;

V – implantar programa de educação ambiental para os integrados e seus empregados, com enfoque nas atividades produtivas e seus reflexos no meio ambiente;

**Art. 11.** Compete ao produtor integrado e à agroindústria integradora, concorrentemente, zelar pelo cumprimento da legislação fito e zoonitária, planejar medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, realizar o monitoramento da saúde animal e vegetal, executar ações emergenciais em caso de surto epidemiológico.

Parágrafo único. Nas relações de integração em que os medicamentos utilizados sejam de responsabilidade da agroindústria integradora, o recolhimento e a destinação final das embalagens de antibióticos ou de outros produtos antimicrobianos deverá ser realizada pela integradora.

**Art. 12.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2010.

Deputado ABELARDO LUPION  
Presidente

**ANEXO 2:****SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 330, DE 2011**

Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tipifica os contratos de parceria de produção integrada agropecuária, estabelece obrigações e responsabilidades gerais para os produtores integrados e as agroindústrias integradoras, institui mecanismos de transparência na relação contratual e as Comissões para Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e Solução de Controvérsias - CADISC, e dá outras providências.

Parágrafo único. A parceria de produção integrada agropecuária entre cooperativas agropecuárias e seus associados ou entre cooperativas entre si associadas constitui ato cooperativo, regulado por legislação específica aplicável às sociedades cooperativas.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I - integração agroindustrial ou integração: o sistema de parceria integrada entre produtores agrícolas e agroindústrias integradoras, visando planejar e realizar a produção de matéria-prima, bens intermediários ou de

consumo final, e cujas responsabilidades e obrigações recíprocas são estabelecidas em contratos de integração;

II – produtor agropecuário integrado ou produtor integrado: produtor agropecuário, pessoa física ou jurídica, que individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de prepostos, vincula-se à integradora por meio de contrato de parceria integrada, com o fornecimento de bens e serviços, para produção de matériaprima, bens intermediários ou de consumo final;

III - agroindústria integradora: pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor agropecuário por meio de contrato de parceria integrada, com o fornecimento de bens e serviços, para produção de matéria-prima, de bens intermediários ou de consumo final utilizados em seu processo industrial ou comercial;

IV - contrato de integração: o contrato de parceria para produção integrada, firmado entre o produtor integrado e a integradora que estabelece a finalidade, a participação econômica de cada parte na constituição da parceria e na partilha do objeto do contrato, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outras que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato;

§ 1º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à agroindústria integradora os comerciantes e exportadores que, para obterem matéria-prima, bens de consumo intermediário ou final, celebram contratos de integração com produtores agropecuários.

§ 2º A simples obrigação do pagamento do preço estipulado contra a entrega dos produtos agropecuários não caracteriza um contrato de integração.

§ 3º A integração, relação civil definida nos termos desta lei, não configura prestação de serviço ou relação de emprego entre integradora e integrado, seus prepostos ou empregados.

Art. 3º É princípio orientador na aplicação e interpretação dessa lei que a relação de integração caracteriza-se pela conjugação de recursos e esforços e pela distribuição dos resultados.

Art. 4º O contrato de integração, sob pena de nulidade, parcial ou total, deve ser escrito de forma direta e precisa, em português simples e com letras uniformes de fácil visualização, e dispor sobre as seguintes questões, sem prejuízo de outras que as partes considerem mutuamente aceitáveis:

I - as características gerais do sistema de integração e as exigências técnicas e legais;

II - as responsabilidades e obrigações da integradora e do integrado no sistema de produção agropecuário;

III - os parâmetros técnicos e econômicos indicados ou anuídos pela agroindústria integradora para o estudo de viabilidade econômica e financeira do projeto;

IV - as fórmulas para o cálculo da eficiência da criação animal ou do cultivo vegetal, com explicação detalhada dos parâmetros empregados e da metodologia de obtenção dos resultados;

V - as formas e os prazos de distribuição dos resultados entre os partícipes da relação contratual, devendo ser estabelecido multa à agroindústria na hipótese de atraso no repasse da quota parte do integrado.

VI - os custos financeiros e administrativos dos insumos fornecidos em adiantamento pela integradora;

VII - as condições para o acesso às áreas de produção agropecuária por preposto da integradora e das áreas industriais diretamente afetas ao objeto do contrato, pelo integrado ou seu preposto;

VIII - as responsabilidades quanto ao pagamento de taxas e impostos inerentes ao sistema de produção integrada e as obrigações previdenciárias da agroindústria integradora e dos produtores integrados;

IX - as obrigações da integradora e do integrado no atendimento às exigências sanitárias legais, a prevenção e o controle sanitário dos rebanhos e das culturas agrícolas, e as ações emergenciais em caso de surto de doença ou praga;

X - as obrigações da integradora e do integrado no atendimento às exigências legais de proteção ambiental;

XI - a obrigatoriedade ou não de seguro da produção, os custos para as partes contratantes e a extensão de sua cobertura;

XII - a definição de prazo para aviso prévio de rescisão do contrato de produção integrada, que deve levar em consideração o ciclo produtivo da atividade e o montante dos investimentos realizados;

XIII - as sanções para os casos de inadimplemento ou rescisão unilateral do contrato.

Parágrafo Único: Cláusula relativa à solução de litígios judicialmente deverá indicar o fórum de justiça da localidade onde se situa o empreendimento do produtor integrado.



Art. 5º Cada unidade da agroindústria integradora e os produtores a ela integrados deve constituir Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e de Solução de Controvérsias - CADISC, de composição paritária da agroindústria e seus integrados, com os seguintes objetivos, entre outros a serem estabelecidos em seu regulamento.

I - elaborar estudos e análises econômicas, sociais e tecnológicas das cadeias produtivas ou de segmentos das cadeias;

II - acompanhar e avaliar os padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos integrados e a evolução dos parâmetros de qualidade dos produtos requeridos pela integradora;

III - estabelecer o sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações pelos contratantes;

IV - promover estudos e avaliações dos aspectos jurídicos, sociais, econômicos, sanitários e ambientais do contrato de integração;

V - formular o Plano de Modernização Tecnológica da Integração, estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir, no que couber, a participação dos Integrados e da Integradora no financiamento dos bens e ações previstas, ressalvadas as adequações eventualmente exigidas pelo poder público;

VI - servir de fórum para a conciliação e solução das controvérsias entre os produtores integrados e a agroindústria integradora.

§ 1º A CADISC deverá constituir-se por regulamento próprio como entidade de direito civil, sem personalidade jurídica, nem constituição de patrimônio físico e pessoal permanente.

§ 2º Toda e qualquer despesa da CADISC deverá ser aprovada pelas partes, por demanda específica.

Art. 6º A agroindústria integradora deverá organizar Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI) relativo a cada ciclo produtivo do produtor integrado.

§ 1º O RIPI deverá conter informações mínimas sobre os insumos fornecidos pela integradora, os indicadores fitotécnicos e zootécnicos da produção integrada, as quantidades produzidas, os índices de produtividade e os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros, os valores de quota parte do produtor integrado, entre outros a serem definidos pela CADISC.

§ 2º O RIPI deverá ser consolidado até a data do acerto financeiro entre Integradora e Integrado e fornecido ao integrado.

§ 3º Toda e qualquer informação relativas à produção do

integrado solicitadas por terceiros, só serão fornecidas pela integradora mediante autorização escrita do integrado.

Art. 7º Para os devidos fins e efeitos todos os bens fornecidos pela agroindústria integradora ao produtor integrado em decorrência das necessidades da produção serão tidos como de propriedade da integradora, inclusive aqueles que estiverem em processo de desenvolvimento a cargo do integrado, incluídos os animais, as sementes e plantas em fase de desenvolvimento, podendo ser estabelecidas normas que permitam o consumo próprio familiar.

Art. 8º A agroindústria integradora deverá elaborar e atualizar trimestralmente Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC), para fornecer ao interessado em aderir ao sistema de integração, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

I - razão social, forma societária, CNPJ e endereço da integradora;

II - descrição do sistema de produção integrada e das atividades a serem desempenhadas pelo integrado;

III - informações quanto aos requisitos sanitários e ambientais e os riscos econômicos inerentes à atividade;

IV - estimativa dos investimentos em instalações zootécnicas ou áreas de cultivo e dos custos fixos e variáveis do integrado na operação de produção;

V - estimativa da quota parte do integrado por ciclo de criação de animais ou safra agrícola, utilizando-se para o cálculo preços e índices de eficiência produtiva médios nos doze meses anteriores;

VI - alternativas de financiamento agropecuário de instituição financeira ou da agroindústria integradora e as garantias da integradora para o cumprimento do contrato durante o período do financiamento;

VII - Os parâmetros técnicos e econômicos indicados pela integradora para uso no estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento do empreendimento.

Art. 9º Compete ao produtor integrado atender as exigências da legislação ambiental para o empreendimento ou atividade desenvolvida em sua propriedade rural, e o planejamento e a implementação de medidas de prevenção dos potenciais impactos ambientais negativos, a mitigação e a recuperação de danos ambientais.

§ 1º Nas atividades agropecuárias de integração em que haja suprimento de insumos e a tecnologia empregada seja definida e supervisionada pela agroindústria integradora, são responsabilidades concorrentes da integradora e dos integrados as ações relativas à proteção ambiental, e a recuperação de danos ao meio ambiente ocorridos em decorrência do empreendimento.

§ 2º A responsabilidade de recuperação de danos de que trata o parágrafo anterior deixa de ser concorrente quando o parceiro integrado adotar conduta contrária ou diversa às recomendações técnicas fornecidas pela integradora.

§ 3º Compete à agroindústria integradora, nas relações de integração em que haja suprimento de insumos e a tecnologia empregada seja por ela definida e supervisionada:

I - fornecer projeto técnico de instalações zootécnicas, das áreas de produção agrícola e das obras complementares, em conformidade com as exigências da legislação ambiental, e supervisionar sua implantação;

II - auxiliar o integrado no planejamento de medidas de prevenção, controle e mitigação dos potenciais impactos ambientais negativos e prestar apoio técnico na sua implementação;

III - fazer, em conjunto com o integrado, plano de manejo de outros resíduos da atividade e a disposição final dos animais mortos e supervisionar sua implementação;

Art. 10. Compete ao produtor integrado e à agroindústria integradora, concorrentemente, zelar pelo cumprimento da legislação fito e zoonitária, planejar medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, realizar o monitoramento da saúde animal e vegetal, executar ações emergenciais em caso de surto epidemiológico.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A agricultura modernizou-se deixando de ser atividade eminentemente primária, voltada para a subsistência, passando a ser um dos setores que mais se vincula direta ou indiretamente às demais atividades

produtivas, de transformação ou comercialização, inserindo-se, pois, no mercado. Ao longo desse processo, o agronegócio brasileiro desenvolveu novos, criativos e eficientes mecanismos contratuais, entre os quais podemos destacar os contratos de integração.

A característica principal do sistema de integração é o contrato celebrado entre a agroindústria e o produtor rural, no qual este se responsabiliza por executar parte do processo produtivo, repassando à agroindústria matéria prima que será processada e transformada no produto final.

No caso, por exemplo, da integração para a produção de frangos, os produtores rurais recebem da agroindústria os pintos de um dia, além de ração, medicamentos e assistência técnica. Os produtores rurais entram com a mão de obra e com a capacidade administrativa para criar os frangos até o ponto de abate.

Apesar de ser, hoje, adotado em larga escala, os contratos de integração não estão oficialmente previstos na legislação brasileira. São contratos bem mais complexos que os contratos simples de comercialização encontrados no Código Civil ou que os contratos de parceria agrícola previstos no Estatuto da Terra.

Como não há previsão legal, os contratos de integração ora são caracterizados como operação de compra e venda, ora como parceria agrícola. Mas nenhuma dessas formas contratuais traduz com fidedignidade a relação existente entre a agroindústria integradora e o produtor rural integrado.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir no arcabouço jurídico brasileiro a figura do contrato de integração. A finalidade maior é, na verdade, conferir certas garantias ao elo mais fraco da relação, que é o produtor rural. Por essas razões, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões,

Senadora **ANA AMÉLIA**  
(PP/RS)

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última decisão terminativa)*

Publicado no **DSF**, em 15/06/2011.

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF**  
**OS:12888/2011**

**ANEXO 3:****INSTRUÇÃO NORMATIVA NÚMERO 56 DO MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****Brasília, 04 de dezembro de 2007****PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE  
ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS DE REPRODUÇÃO E COMERCIAIS****CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A presente Instrução Normativa define os procedimentos para o registro, a fiscalização e o controle sanitário dos Estabelecimentos Avícolas de Reprodução e Comerciais, com exceção à criação de ratitas.

Art. 2º Para fins de registro e fiscalização, os estabelecimentos avícolas de reprodução serão classificados segundo sua finalidade, de acordo com as espécies de produção -galinhas, marrecos, patos e perus, nas seguintes categorias:

I - ESTABELECIMENTO DE LINHA PURA: granja ou núcleo de seleção genética de reprodutoras primárias, importadora, exportadora e produtora de ovos férteis para produção de bisavós;

II -ESTABELECIMENTO BISAVOSEIRO: granja ou núcleo de bisavós, importadora, exportadora e produtora de ovos férteis para produção de avós;

III - ESTABELECIMENTO AVOSEIRO: granja ou núcleo de avós, importadora, exportadora e produtora de ovos férteis para produção de matrizes. **(NR)**.

IV -ESTABELECIMENTO MATRIZEIRO: granja ou núcleo de matrizes, importadora, exportadora e produtora de ovos férteis para produção de aves comerciais de corte ou de postura comercial;

V - ESTABELECIMENTO MATRIZEIRO DE RECRIA: granja ou núcleo de recria de matrizes de 1 dia produtoras de aves comerciais de corte e postura;

VI - ESTABELECIMENTO DE RECRIA: granja ou núcleo de recria de pintinhas de 1 dia de postura comercial até 20 semanas de idade;

VII -ESTABELECIMENTO INCUBATÓRIO DE GRANJAS DE LINHA PURA: estabelecimento importador, exportador e produtor de aves de 1(um) dia para produção de bisavós;

VIII -ESTABELECIMENTO INCUBATÓRIO DE BISAVOSEIROS: estabelecimento importador, exportador e produtor de aves de 1 dia para

produção de avós;

IX -ESTABELECIMENTO INCUBATÓRIO DE AVOSEIROS: estabelecimento importador, exportador e produtor de aves de 1 dia para produção de matrizes;

X - ESTABELECIMENTO INCUBATÓRIO DE MATRIZEIROS: estabelecimento importador, exportador e produtor de aves de 1 dia de aves de corte e postura comerciais;

XI - ESTABELECIMENTO PRODUTOR DE AVES E OVOS LIVRES DE PATÓGENOS - SPF;

XII -ESTABELECIMENTO PRODUTOR DE OVOS CONTROLADOS PARA PRODUÇÃO DE VACINAS INATIVADAS.

XIII - ESTABELECIMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO, SELEÇÃO E ARMAZENAMENTO DE OVOS FÉRTEIS: estabelecimento avícola que recebe ovos férteis provenientes de estabelecimentos matrizeiros para fins de classificação, seleção e armazenamento. **(NR).**

Art. 3º Para fins de registro e fiscalização, os ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS COMERCIAIS serão classificados quanto à finalidade em três categorias:

I -ESTABELECIMENTO DE AVES COMERCIAIS DE CORTE: estabelecimento de exploração de aves comerciais para produção de galinhas (*Gallus gallus domesticus*) e perus (*Meleagris gallopavo*) para abate;

II -ESTABELECIMENTO DE POSTURA COMERCIAL: estabelecimento de exploração de aves comerciais para produção de ovos de galinhas (*Gallus gallus domesticus*) para consumo;

III - ESTABELECIMENTO DE CRIAÇÃO DE OUTRAS AVES NÃO CONTEMPLADAS NAS DEFINIÇÕES ANTERIORES, À EXCEÇÃO DE RATITAS: estabelecimento de explorações de outras aves de produção, passeriformes ornamentais, consideradas exóticas ou não, à exceção de ratitas e seus incubatórios, não contemplados no sistema avícola de produção de carne ou de ovos.

Art. 4º Os estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais poderão epidemiologicamente ser formados por:

I - núcleo: unidade física de produção avícola, composta por um ou mais galpões, que alojam um grupo de aves da mesma espécie e idade. Os núcleos devem possuir manejo produtivo comum e devem ser isolados de outras atividades de produção avícola por meio de utilização de barreiras físicas naturais ou artificiais;

II - granja: unidade física de produção avícola que aloja um grupo de aves da mesma espécie. As granjas devem ser submetidas a manejo produtivo comum e devem ser isolados de outras atividades de produção avícola por barreiras físicas naturais ou artificiais, composto por um ou mais núcleos de produção.

Art. 5º Estabelecimento avícola preexistente é o criatório avícola cujo projeto de construção foi pré-aprovado pelo Serviço Veterinário Oficial, antes 6 de dezembro de 2007. **(NR)**

Art. 6º As aves e o material genético alojado nos Estabelecimentos Avícolas descritos nesta Instrução Normativa deverão provir de estabelecimentos registrados e monitorados sanitariamente pelo MAPA.

## **CAPÍTULO II DO REGISTRO DOS ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS**

Art. 7º Os estabelecimentos avícolas de reprodução, descritos no art. 2º deste Anexo, serão registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA.

Parágrafo único. Os Estabelecimentos Avícolas de Reprodução preexistentes à publicação desta Instrução Normativa deverão adequar-se aos procedimentos de registro junto ao MAPA no prazo máximo de 1 (um) ano.

Art. 8º Os Órgãos Estaduais de defesa sanitária animal dos estados participantes do Programa Nacional de Sanidade Avícola farão o registro dos estabelecimentos avícolas comerciais descritos no art. 3º deste Anexo.

§ 1º Igualmente serão registrados nos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Animal de que trata o caput deste artigo os estabelecimentos de recria de que trata o art. 2º, inciso VI, desde que realizem recria de postura de aves de postura para alojamento próprio, podendo a fase de produção ser realizada na mesma propriedade ou em outra, porém do mesmo proprietário, e que as aves não sofram trânsito interestadual. **(NR)**

§ 2º Os estabelecimentos avícolas comerciais preexistentes deverão adequar-se aos procedimentos de registro, junto aos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Animal, até 6 de dezembro de 2012. **(NR)**

Art. 9º Para a realização do seu registro, os Estabelecimentos Avícolas deverão estar cadastrados na unidade de atenção veterinária local, do serviço estadual de defesa sanitária animal, na forma do seu Anexo II desta Instrução Normativa e seus proprietários deverão apresentar os seguintes documentos ao órgão responsável pelo registro:



I - requerimento de solicitação ao órgão de registro, na forma do Anexo III ou III-A desta Instrução Normativa, conforme o caso;

II - dados de existência legal de pessoa jurídica:

a) cópia do cartão de CNPJ;

b) cópia do registro na Junta Comercial do Estado ou do contrato social da firma, com as alterações efetuadas;

c) cópia do contrato de arrendamento ou parceria registrado em cartório, se houver;

III - dados de existência legal de pessoa física:

a) cópia do CPF;

b) cópia do cadastro no INCRA ou cópia da inscrição do imóvel na Receita Federal;

c) cópia da inscrição ou declaração de produtor rural;

d) cópia do contrato de arrendamento ou parceria registrado em cartório, se houver;

IV - Anotação de responsabilidade técnica do Médico Veterinário que realiza o controle higiênico-sanitário do estabelecimento avícola, nos moldes do Conselho Regional de Medicina Veterinária;

V - planta de localização da propriedade ou outro instrumento, a critério do Serviço Veterinário Oficial responsável pelo registro, capaz de demonstrar as instalações, estradas, cursos d'água, propriedades limítrofes e suas respectivas atividades; **(NR)**.

VI - planta baixa das instalações do estabelecimento ou outro instrumento, a critério do Serviço Veterinário Oficial responsável pelo registro, capaz de demonstrar toda a infraestrutura instalada; **(NR)**.

VII - Memorial descritivo das medidas higiênico-sanitárias e de biossegurança que serão adotadas pelo estabelecimento avícola e dos processos tecnológicos, contendo descrição detalhada do seguinte:

a) manejo adotado;

b) localização e isolamento das instalações;

c) barreiras naturais;

d) barreiras físicas;

e) controle do acesso e fluxo de trânsito;

f) cuidados com a ração e água;

g) programa de saúde avícola;

h) plano de contingência;

i) plano de capacitação de pessoal;

j) plano de gerenciamento ambiental; e

l) plano descritivo da rastreabilidade de ovos incubados e destinação de ovos não incubáveis, exigido apenas para incubatórios e produtores de aves e ovos SPF e produtores de ovos controlados para produção de vacinas inativadas;

VIII -documento comprobatório da qualidade microbiológica, física e química da água de consumo, conforme padrões da vigilância sanitária, ou atestado da utilização de fornecimento de água oriunda de serviços públicos de abastecimento de água.

§ 1º Para o registro dos estabelecimentos avícolas de reprodução, deverá ser anexado à documentação listada nos incisos I a VIII deste artigo o Laudo de Inspeção Física e Sanitária emitido por Fiscal Federal Agropecuário - FFA com anuência do Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária - SEDESA e do Serviço de Fiscalização Agropecuária -SEFAG, da SFA na Unidade da Federação onde se localiza o estabelecimento, na forma do Anexo IV desta Instrução Normativa.

§ 2º Para o registro dos estabelecimentos avícolas comerciais, deverá ser anexado à documentação listada nos incisos I a VIII deste artigo o Laudo de Inspeção Física e Sanitária, emitido por Médico Veterinário Oficial da Unidade Local de Atenção Veterinária, na forma do Anexo IV-A desta Instrução Normativa.

§ 3º Após a emissão de certidão de registro do estabelecimento avícola, na forma do Anexo V desta Instrução Normativa, este deverá ficar disponível para a fiscalização no estabelecimento.

§ 4º Os estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais deverão comunicar ao órgão emissor do registro, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a mudança de responsável técnico, apresentando a documentação correspondente do respectivo sucessor.

§ 5º Toda mudança de endereço, nome empresarial ou ampliações de estrutura física, bem como a alienação ou o arrendamento do Estabelecimento, deverá ser obrigatoriamente atualizada no órgão de registro, por meio de:

I - apresentação de requerimento solicitando a atualização da situação cadastral;

II - apresentação de cópia do novo contrato social de organização do estabelecimento avícola ou do contrato de arrendamento; e

III -realização de inspeção da área física e do controle higiênico-sanitário realizada pelo órgão responsável pelo registro.

### **CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 10. Os Estabelecimentos Avícolas de que trata esta Instrução Normativa devem estar localizados em área não sujeita a condições adversas que possam interferir na saúde e bem-estar das aves ou na qualidade do produto, devendo ser respeitadas as seguintes distâncias mínimas entre o estabelecimento avícola e outros locais de risco sanitário:

I - 3km (três quilômetros) entre um estabelecimento avícola de reprodução e abatedouros de qualquer finalidade, fábrica de ração, outros estabelecimentos avícolas de reprodução ou comerciais;

II - limites internos do estabelecimento avícola produtor de ovos e aves SPF e produtor de ovos controlados para produção de vacinas inativadas:

a) 500 m (quinhentos metros) entre os núcleos de diferentes idades, entre galpões de recria e produção e do núcleo à estrada vicinal, rodovia estadual ou federal;

b) 200 m (duzentos metros) entre os núcleos e os limites periféricos da propriedade;

III - limites internos de outros estabelecimentos avícolas de reprodução:

a) 200 m (duzentos metros) entre os núcleos e os limites periféricos da propriedade; b) 300 m (trezentos metros) entre os núcleos.

§ 1º Na hipótese da existência de laboratório no estabelecimento de que trata este artigo, este deve estar localizado fisicamente fora da cerca de isolamento dos núcleos de produção. **(NR)**

§ 2º Poderão ser admitidas pelo SEFAG/SEDESA-SFA, baseadas em avaliação do risco para a sanidade avícola, alterações nas distâncias mínimas mencionadas neste artigo, em função da adoção de novas tecnologias, da existência de barreiras naturais (reflorestamento, matas naturais, topografia) ou artificiais (muros de alvenaria) e da utilização de técnicas de manejo e medidas de biossegurança diferenciadas que dificultem a introdução e a disseminação de agentes de doenças. **(NR)**

§ 3º Ficam excluídos das exigências descritas nos incisos I e III, deste artigo, os estabelecimentos descritos no § 1º, do art. 8º. **(NR)**

Art. 11. Os estabelecimentos avícolas de reprodução serão construídos de modo que as superfícies interiores dos seus galpões permitam a limpeza e desinfecção, que o piso seja em alvenaria, e que os galpões sejam providos de proteção ao ambiente externo, com instalação de telas com malha de medida não superior a 1 (uma) polegada ou 2,54 cm (dois centímetros e cinquenta e

quatro milímetros), à prova da entrada de pássaros, animais domésticos e silvestres. **(NR)**

§ 1º Os estabelecimentos avícolas de reprodução deverão possuir cerca de isolamento de no mínimo 1 m (um metro) de altura em volta do galpão ou do núcleo, com afastamento mínimo de 10 m (dez metros), de forma a evitar a passagem de animais domésticos, não sendo permitido o trânsito e a presença de animais de outras espécies no interior dos núcleos. **(NR)**

§ 2º Os estabelecimentos avícolas de reprodução, que utilizem galpões fechados com tela de malha superior a 1 (uma) polegada ou 2,54 cm (dois centímetros e cinquenta e quatro milímetros), terão até 6 de dezembro de 2012 para que sejam substituídas suas telas para malha não superior a 1 (uma) polegada ou 2,54 cm (dois centímetros e cinquenta e quatro milímetros), devendo, neste período, adotar as outras medidas de biossegurança e de manejo previstas nesta Instrução Normativa. **(NR)**.

Art. 12. Os Estabelecimentos Produtores de Ovos e Aves SPF deverão possuir galpões construídos em alvenaria, inclusive as suas paredes, de forma a permitir a sua limpeza e desinfecção, dotados de sistema de filtração absoluta do ar, com manutenção constante de pressão positiva.

Art. 13. Os Estabelecimentos Produtores de Ovos Controlados para a Produção de Vacinas Inativadas deverão possuir cortinas que possibilitem o fluxo de ar unidirecional e sistema que assegure que a entrada de ar seja feita por uma única fonte, mediante instalação de dispositivos que permitam o monitoramento da qualidade do ar.

Art. 14. As instalações dos Estabelecimentos Avícolas Comerciais deverão ser construídas com materiais que permitam limpeza e desinfecção e que os mesmos sejam providos de proteção ao ambiente externo, com instalação de telas com malha de medida não superior a 1 (uma) polegada ou 2,54 cm (dois centímetros e cinquenta e quatro milímetros), à prova da entrada de pássaros, animais domésticos e silvestres. **(NR)**

§ 1º Os estabelecimentos de aves comerciais de corte e os estabelecimentos de postura comercial deverão possuir cerca de isolamento de no mínimo 1 m (um metro) de altura em volta do galpão ou do núcleo, com um afastamento mínimo de 5 m (cinco metros), eficaz para evitar a passagem de animais domésticos, não sendo permitido o trânsito e a presença de animais de outras espécies em seu interior. **(NR)**

§ 2º Os estabelecimentos produtores de ovos comerciais, além de adotar medidas para evitar a presença de aves de status sanitário desconhecido,

moscas e roedores nas proximidades e no interior do galpão, deverão evitar o desperdício de ração, adotar medidas que facilitem a dessecação rápida das fezes, evitando o acúmulo de insetos e suas larvas e evitar focos de umidade nas fezes das aves, mediante controle de vazamentos de bebedouros e outras fontes de água.

§ 3º Os estabelecimentos avícolas comerciais preexistentes terão até 6 de dezembro de 2012 para a instalação de telas com malha não superior a 1 (uma) polegada ou 2,54 cm (dois centímetros e cinquenta e quatro milímetros) nos vãos externos livres dos galpões. **(NR)**

§ 4º Os estabelecimentos de criação de outras aves de produção e aves ornamentais deverão ser providos de telas com malha de medida não superior a 1 (uma) polegada ou 2,54 cm (dois centímetros e cinquenta e quatro milímetros), à prova de pássaros, animais domésticos e silvestres; e, em caso de criações ao ar livre, devem possuir telas na parte superior dos piquetes. **(NR)**

§ 5º Os estabelecimentos produtores de aves ornamentais, que já utilizem galpões fechados com tela de malha superior a 1 (uma) polegada ou 2,54 cm (dois centímetros e cinquenta e quatro milímetros), terão até 6 de dezembro de 2012 para a substituição para malha não superior a 1 (uma) polegada ou 2,54 cm (dois centímetros e cinquenta e quatro milímetros). **(NR)**

§ 6º Não é permitido o trânsito e presença de animais domésticos no interior dos núcleos dos estabelecimentos de criação de aves de produção e ornamentais. **(NR)**

Art. 15. As dependências dos Estabelecimentos Produtores de Ovos e Aves SPF deverão ser divididas, no mínimo, em:

- I - vestiários, lavatórios e sanitários;
- II - escritório;
- III - depósito;
- IV - área de pinteiro;
- V - área de produção;
- VI - área de incubação;
- VII - área de materiais;
- VIII - câmara de fumigação de ovos;
- IX - câmara de fumigação de materiais que ingressam na granja;
- X - depósito de caixas e bandejas; e
- XI - sala para classificação e armazenamento de ovos.

Art. 16. As dependências dos Estabelecimentos Produtores de Ovos Controlados para Produção de Vacinas Inativadas deverão ser divididas, no mínimo, em:

- I - vestiários, lavatórios e sanitários;
- II - escritório;
- III - depósito;
- IV - câmara de fumigação de ovos;
- V - câmara de fumigação de materiais que ingressam na granja;
- VI - depósito de caixas e bandejas; e
- VII - sala para classificação e armazenamento de ovos.

Art. 17. As dependências dos estabelecimentos avícolas de reprodução, além da área de produção, deverão ser divididas, no mínimo, em:

- I - vestiários, lavatórios e sanitários na entrada dos núcleos;
- II - escritório;
- III - sala de armazenamento de ovos;
- IV - almoxarifado;
- V - câmara de fumigação para materiais e equipamentos; e
- VI - local para lavagem e desinfecção de veículos.

Art. 18. As dependências internas dos incubatórios deverão ser divididas em áreas de escrituração e técnica, separadas fisicamente, ambas com ventilação individual e fluxo de ar unidirecional; e a área de trabalho deverá ser provida de acesso único para pessoas, equipamentos e materiais.

Parágrafo único. As áreas técnicas dos incubatórios deverão ser divididas, no mínimo, em:

- I - sala para recepção de ovos;
- II - câmara de desinfecção de ovos;
- III - sala de armazenamento de ovos;
- IV - sala de incubação;
- V - sala de eclosão;
- VI - sala com áreas de seleção, sexagem, vacinação, embalagem e estocagem de pintos;
- VII - área de expedição de pintos;
- VIII - sala de manipulação de vacinas;
- IX - sala de lavagem e desinfecção de equipamentos;
- X - vestiários, lavatórios e sanitários;

- XI - refeitório;
- XII - escritório;
- XIII - depósito de caixas; e
- XIV - sala de máquinas e geradores.

Art. 19. Toda a alimentação animal e a água introduzidas no Estabelecimento Produtor de Ovos e Aves SPF deverão receber tratamentos que eliminem a possibilidade de entrada de patógenos, através de mecanismos de esterilização com uso de autoclave para a ração e filtro para a água, assim como todo outro material introduzido nas suas instalações deverá sofrer tratamento que permita eliminar a contaminação por agentes patogênicos.

Art. 20. As visitas de pessoas alheias ao processo produtivo nos estabelecimentos avícolas de reprodução e comercial serão antecipadas dos procedimentos a que devem ser submetidos o pessoal interno, tais como banho e troca de roupa e calçado, na entrada do estabelecimento e em cada núcleo.

Parágrafo único. O visitante e o médico veterinário oficial assinarão um termo de responsabilidade afirmando não haver tido contato com qualquer tipo de ave em um período mínimo de 7 dias para Estabelecimento Produtor de Ovos e Aves SPF e Ovos Controlados para Produção de Vacinas Inativadas, de 3(três) dias para Estabelecimento de Linha Pura, Bisavós e Avós e de 1(um) dia para Estabelecimento de Matrizes, anteriores à entrada no estabelecimento ou em cada núcleo.

Art. 21. Os estabelecimentos avícolas comerciais e de reprodução deverão adotar as seguintes ações:

I - realizar controle e registro do trânsito de veículos e do acesso de pessoas ao estabelecimento, incluindo a colocação de sinais de aviso para evitar a entrada de pessoas alheias ao processo produtivo;

II - estar protegido por cercas de segurança e vias de acesso distintas de veículos e pessoas, contemplando uma entrada para material limpo e desinfetado a ser utilizado na produção e outra para a retirada de descartes e demais refugos de produção;

III - estabelecer procedimentos para a desinfecção de veículos, na entrada e na saída do estabelecimento avícola;

IV - os funcionários do estabelecimento avícola deverão utilizar roupas e calçados limpos;

V - adotar procedimento adequado para o destino de águas servidas e resíduos de produção (aves mortas, ovos descartados, esterco e embalagem),

de acordo com a legislação ambiental vigente;

VI - elaborar e executar programa de limpeza e desinfecção a ser realizado nos galpões após a saída de cada lote de aves;

VII - manter registros do programa de controle de pragas, a fim de manter os galpões e os locais para armazenagem de alimentos ou ovos livres de insetos e roedores, animais silvestres ou domésticos;

VIII - realizar análise física, química e bacteriológica da água, conforme os padrões estabelecidos na Resolução do CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, à exceção de contagem de coliformes termotolerantes, que deverá seguir o padrão estabelecido pela Portaria do Ministério da Saúde Nº 518, de 25 de março de 2004, com a seguinte periodicidade:

a) Análise física e química anualmente e análise bacteriológica trimestralmente para os estabelecimentos Produtores de Ovos e Aves SPF e Ovos Controlados para Produção de Vacinas Inativadas;

b) Análise física e química anualmente e análise bacteriológica semestralmente para os demais estabelecimentos avícolas de reprodução; e

c) Análise física, química e bacteriológica anualmente para os estabelecimentos de Aves Comerciais.

IX - manter por período não inferior a 2 (dois) anos à disposição do serviço oficial

o registro das:

a) atividades de trânsito de aves (cópias das GTAs); b) ações sanitárias executadas; c) protocolos de vacinações e medicações utilizadas; e

d) datas das visitas e recomendações do Responsável Técnico e do médico veterinário oficial;

X - em caso de identificação de problemas sanitários, a cama do aviário deverá sofrer processo de fermentação por no mínimo 10(dez) dias antes de sua retirada do galpão ou ser submetida a outro método aprovado pelo DSA que garanta a inativação de agentes de doenças; nos estabelecimentos de aves comerciais de corte, deverá ser assegurado que a reutilização da cama somente será realizada se não houver sido constatado problema sanitário que possa representar risco potencial ao próximo lote a ser alojado, ao plantel avícola nacional e à saúde pública, de acordo com a inspeção clínica do responsável técnico do estabelecimento ou pelo médico veterinário oficial ou ainda durante o abate do lote pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 22. Nos estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais, o



monitoramento sanitário será realizado para a doença de Newcastle, influenza aviária, Salmonelas, Micoplasmas, além do controle do uso de drogas veterinárias e contaminantes ambientais, de acordo com os respectivos procedimentos específicos.

§ 1º Outras enfermidades poderão ser incluídas no sistema de monitoramento, a critério do M A P A .

§ 2º Os programas de monitoramento sanitário variarão considerando os estabelecimentos de diferentes finalidades, de acordo com a classificação discriminada nos arts. 3º e 4º deste anexo.

§ 3º O médico veterinário do serviço oficial é responsável pela fiscalização e supervisão das atividades de monitoramento sanitário, mediante vistorias e acompanhamento documental.

§ 4º O médico veterinário Responsável Técnico será o responsável pela execução dos controles higiênico-sanitários dos plantéis dos Estabelecimentos Avícolas de Reprodução e Comerciais.

§ 5º Os estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais deverão manter registro dos procedimentos de monitoramento sanitário de cada lote de aves ou ovos incubáveis, referentes às doenças contempladas no PNSA.

§ 6º Os exames deverão ser realizados em laboratórios pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

§ 7º Os estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais deverão estabelecer procedimentos para garantir a rastreabilidade dos animais e dos ovos incubáveis, não sendo permitidos procedimentos conjuntos entre pintos de um dia ou ovos férteis provenientes de estabelecimentos avícolas de status sanitários diferentes, sob pena do rebaixamento do status sanitário de todos pintos de um dia ou ovos férteis manipulados conjuntamente. **(NR)**

Art. 23. Os lotes de aves produtoras de Ovos SPF devem estar livres dos agentes patogênicos e anticorpos específicos para os seguintes microorganismos:

- I - Adenovírus Aviário (Grupos I, II e III);
- II - Anemia Infecciosa das Galinhas;
- III - Haemophilus paragallinarum (Avibacterium paragallinarum);
- IV - Mycoplasma gallisepticum e M. synoviae;
- V - Paramyxovírus Aviário (tipo II e III);
- VI - Pneumovírus aviário;
- VII - Reovírus aviário;

- VIII - Salmonella Pullorum, S. Gallinarum, S. Enteritidis;  
 IX - Salmonella sp.;  
 X - Vírus da Bouda Aviária;  
 XI - Vírus da Bronquite Infecciosa das Galinhas;  
 XII - Vírus da Doença de Marek;  
 XIII - Vírus da Doença de Newcastle;  
 XIV - Vírus da Doença Infecciosa da Bolsa (Doença de Gumboro);  
 XV - Vírus da Encefalomielite Aviária;  
 XVI - Vírus da Influenza Aviária;  
 XVII - Vírus da Laringotraqueíte Infecciosa das Galinhas;  
 XVIII - Vírus da Leucose Aviária; e  
 XIX - Vírus da Reticuloendoteliose.

§ 1º Os lotes de aves produtoras de ovos SPF deverão ser monitorados de acordo com o especificado na tabela seguinte:

AGENTE	TESTE	INTERVALO/ % DO LOTE	SIGLAS
Adenovírus Aviário grupo I - Soro-tipos 1-12	IDGA; SN	(4) (5)	Testes e abreviações . IDGA - Imuno difusão em Agar gel . SN- Soroneutralização (1) IH - Inibição da Hemaglutinação. ELISA - Ensaio (1) Imunoenzimático de fase líquida. OC - Observação clínica . SPA - Soro Aglutinação em placa . IA - Isolamento do agente. HEV - Vírus da enterite hemorrágica dos perus EDS -síndrome da queda de postura
Adenovírus Aviário grupo II (HEV)	IDGA	(4)	
Adenovírus Aviário grupo III (EDS76)	IH; IDGA	(4) (5)	
Vírus da Encefalomielite Aviária	ELISA; IDGA; SN	(4) (5)	
Reovírus Aviário	IDGA; SN; ELISA	(4) (5)	
Vírus da Bronquite Infecciosa das Galinhas	IDGA e ELISA	(2) (5)	
Vírus da Doença de Gumboro	ELISA; IDGA; SN	(2) (5)	
Vírus da Doença de Newcastle	IH; ELISA	(2) (5)	
Vírus da Influenza Aviária (tipo A)	IDGA	(2) (5)	
Vírus da Leucose Aviária A, B	SN; ELISA	(4)	Frequência e percentual de aves testadas: (1) Ao Início da atividade de postura - 100% do lote; (2) Na primeira amostragem 10% do lote e em meses sub-
Vírus da Leucose Linfóide A, B, C, D e J	ELISA	(2)	
Vírus da Doença de Marek - Sorotipos 1, 2 e 3	IDGA	(2) (5)	

Vírus da Reticuloendoteliose	ELISA; IDGA	(2) (5)	seqüentes: 5% do lote; (3) Até 5 dias de vida - Observação de Mortalidade - envio para teste sorológico; (4) Mensal - 60 aves; (5) Semanal - 40 aves.
Vírus da Bouda Aviária	IDGA; OC	(4)	
Vírus da Laringotraqueíte Infecciosa das Galinhas	ELISA; IDGA	(4)	
Mycoplasma synoviae	SPA; IH;IA	(2) (5)	
Mycoplasma gallisepticum	SPA; IH;IA	(2) (5)	
Pneumovírus aviário	ELISA; SN	(2)	
Paramyxovírus Aviário - Tipos II e III	IH	(2) (4)	
Salmonella Pullorum / S. Gallinarum	SPA; IA	(1); (3) (4)	
Salmonella Enteritidis	SPA;ELISA e IA	(3); (4)	
Salmonella sp.	IA	(3); (4)	
Haemophilus paragallinarum (Avibacterium paragallinarum)	OC		
Anemia Infecciosa das Galinhas	ELISA; SN	(1); (2)	

§ 2º Os exames deverão ser realizados em laboratórios pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, devendo os seus registros ficarem armazenados e disponíveis à fiscalização por um período mínimo de 3(três) anos.

§ 3º Ficará suspenso o fornecimento de ovos SPF para comercialização e incubação durante o período de diagnóstico positivo das doenças de que trata este artigo.

§ 4º Outras enfermidades poderão ser incluídas no sistema de monitoramento, a critério do MAPA.

Art. 24. Quanto ao controle sanitário dos lotes de aves produtoras de ovos controlados para produção de vacinas inativadas, a vacinação;

I - os lotes de galinhas devem estar livres dos agentes patogênicos e anticorpos especificados para os seguintes microorganismos:

- a) Adenovírus Aviário grupo III (EDS 76), quando não vacinados;
- b) Mycoplasma gallisepticum, M.synoviae;
- c) Salmonella Gallinarum, S. Pullorum, S. Enteritidis e S. Typhimurium;

- d) Vírus da Influenza Aviária;
- e) Vírus da Laringotraqueíte Infecciosa Aviária;
- f) Vírus da Leucose Aviária; e
- g) Vírus da Reticuloendoteliose;

II - os lotes de aves produtoras de ovos de anseriformes controlados para a produção de vacinas inativadas devem estar livres dos seguintes agentes patogênicos e anticorpos:

- a) Adenovírus Aviário grupo III (EDS 76) - não é permitida a vacinação;
- b) *Mycoplasma gallisepticum*, *M. synoviae*;
- c) *Salmonella Gallinarum*, *S. Pullorum*, *S. Enteritidis* e *S. Typhimurium*.
- d) Vírus da Doença de Newcastle;
- e) Vírus da Enterite dos Patos;
- f) Vírus da Hepatite dos Patos; e
- g) Vírus da Influenza Aviária;

III - os lotes de galinhas produtoras de ovos controlados para produção de vacinas inativadas devem estar livres de manifestação clínica das infecções provocadas pelos seguintes agentes:

- a) Anemia Infecciosa das Galinhas;
- b) *Haemophilus paragallinarum* (*Avibacterium paragallinarum*);
- c) *Pneumovirus aviário*;
- d) *Reovírus aviário*;
- e) Vírus da Bouba Aviária;
- f) Vírus da Bronquite Infecciosa das Galinhas;
- g) Vírus da Doença de Marek;
- h) Vírus da Doença de Newcastle;
- i) Vírus da Doença Infecciosa da Bolsa (Doença de Gumboro); e
- j) Vírus da Encefalomielite Aviária;

IV - os lotes produtores de ovos de anseriformes controlados para produção de vacinas inativadas devem estar livres de manifestação clínica das infecções provocadas pelos agentes patogênicos especificados no caput deste artigo, além dos seguintes:

- a) Vírus da Enterite dos Patos;
- b) Vírus da Hepatite dos Patos; e
- c) Vírus da Encefalomielite Equina do Leste;

V - os lotes de aves produtoras de ovos controlados para produção de vacinas inativadas deverão ser monitorados a cada 30 (trinta) dias, devendo

ser realizados em pelo menos 30 (trinta) aves os testes diagnósticos especificados na tabela abaixo:

AGENTE	TESTE (*)	SIGLAS
Adenovírus Aviário grupo III (EDS-76)	IDGA; IH	Testes e abreviações. IDGA - Imuno difusão em Agar gel. IH - Inibição da Hemaglutinação. ELISA -Ensaio Imunoenzimático de fase líquida. SPA - Soro Aglutinação em placa. IA - Isolamento do agente. IA* - isolamento do agente de suabe de cloaca EDS - síndrome da queda de postura Mycoplasma gallisepticum; Mycoplasma synoviae; Salmonella Enteritidis; Salmonella Typhimurium; Salmonella Pullorum e Salmonella Gallinarum deverão seguir o mesmo modelo exigido para o controle de aves reprodutoras, porém em intervalos de 30 diasentre cada monitoramento.
Vírus da Influenza Aviária	IDGA; ELISA	
Mycoplasma synoviae	SPA; IH; IA	
Mycoplasma gallisepticum	SPA; IH; IA	
Salmonella Pullorum/ S. Gallinarum	SPA; IA	
Salmonella Enteritidis	SPA; ELISA; IA	
Salmonella Typhimurium	IA	
Salmonella sp.	IA*	
Vírus da Laringotraqueíte Infecciosa das Galinhas	ELISA; IDGA;	
Vírus da Leucose Aviária A, B	SN; ELISA	
Vírus da Reticuloendoteliose	ELISA; IDGA	

§ 1º Ficará suspenso o fornecimento de ovos controlados para produção de vacinas inativadas, durante o período de manifestação clínica das doenças de que trata este artigo.

§ 2º Os exames serão realizados em laboratórios pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, devendo os seus registros ficarem armazenados e disponíveis à fiscalização por um período mínimo de 3 (três) anos.

§ 3º A produção de antígenos em ovos de anseriformes controlados deve ser feita isoladamente, e os ovos não poderão ser incubados concomitantemente com outros ovos controlados ou SPF dentro do laboratório de produção.

§ 4º Toda vacina avícola importada produzida em ovos controlados isoladamente ou combinada terá sua importação suspensa quando da ocorrência de doença avícola exótica no Brasil ou listada pela OIE, até que o país seja considerado livre de tal enfermidade pelo Serviço Veterinário Oficial do Brasil.

§ 5º Toda vacina avícola importada produzida em ovos controlados isoladamente ou combinada deverá ser acompanhada de laudo que contemple os testes exigidos pelo MAPA.

§ 6º Outras enfermidades poderão ser incluídas no sistema de monitoramento a critério do MAPA.

Art. 25. Nos Estabelecimentos Avícolas de Reprodução, os ovos deverão ser colhidos em intervalos freqüentes, em recipientes limpos e desinfetados.

§ 1º Após a colheita, os ovos limpos deverão ser desinfetados no mais breve espaço de tempo possível, devendo ser armazenados em local específico e mantidos a temperatura entre 13ºC (treze graus Celsius) a 25ºC (vinte e cinco graus Celsius) e umidade relativa do ar entre 70%(setenta por cento) a 85%(oitenta e cinco por cento).

§ 2º Os ovos sujos, quebrados ou trincados deverão ser colhidos em recipientes separados e não poderão ser destinados à incubação. § 3º Os ovos deverão ser expedidos diretamente da sala de estocagem da granja ao incubatório.

§ 4º Os ovos deverão ser transportados em veículos fechados apropriados: em bandejas, carrinhos e caixas em bom estado de conservação e previamente desinfetados antes de cada embarque; as caixas e bandejas, quando forem de papelão, deverão ser de primeiro uso.

§ 5º As aves de 1 (um) dia deverão ser expedidas diretamente do incubatório ao local do destino. § 6º O veículo transportador deverá ser limpo e desinfetado antes de cada embarque.

Art. 26. O trânsito interestadual de aves, inclusive as destinadas ao abate, além de esterco e cama de aviário, obedecerão às normas estabelecidas pelo MAPA. **(NR)**

Parágrafo único. Os estabelecimentos avícolas que realizem comércio internacional deverão cumprir, além dos procedimentos estabelecidos pelo MAPA, as exigências dos países importadores.

Art. 27. A vacinação nos plantéis de aves de reprodução e comerciais somente poderá ser realizada com vacina devidamente registrada no MAPA.

§ 1º O programa de vacinação deverá ser específico por região e por segmento produtivo.

§ 2º As aves reprodutoras, à exceção de aves SPF, de postura comercial e aves ornamentais realizarão vacinação sistemática contra a doença de

Newcastle.

§ 3º Estabelecimentos de aves de corte que realizarem vacinação para doença de Newcastle e outras doenças de controle oficial deverão obrigatoriamente informar a atividade ao serviço estadual de defesa sanitária animal.

§ 4º No caso de doença considerada exótica ao plantel avícola nacional, não será permitida a realização de vacinação sistemática.

§ 5º Nos Estabelecimentos Incubatórios de Reprodução, proceder-se-á à vacinação obrigatória contra a doença de Marek, antes da expedição das aves de um dia.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 28. Os estabelecimentos avícolas permitirão o acesso do médico veterinário oficial aos documentos e às instalações, observando os procedimentos de biossegurança.

Art. 29. Os médicos veterinários habilitados à emissão de GTA de estabelecimentos avícolas registrados, que presenciarem aves com sinais repentinos e quantitativamente acentuados, fora dos padrões normais de produção, tais como diminuição na produção de ovos, no consumo de água ou ração e elevação na taxa mortalidade, ocorridos dentro de um período de 72(setenta e duas) horas, comunicarão o fato de imediato e oficialmente ao serviço de defesa sanitária animal da Unidade Federativa.

Art. 30. O disposto na presente Instrução Normativa não exime o estabelecimento do cumprimento da legislação ambiental específica, no que concerne à licença. **(NR)**

## ANEXO 4:

EXEMPLO DE CONTRATO DE INTEGRAÇÃO<sup>43</sup>

## CONTRATO DE PARCERIA AVÍCOLA

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA, empresa com sede e foro em Porto Alegre/RS, na Av. Cavalhada 4050, neste ato representada por seus representantes legais, no final assinados e identificados, doravante denominada PARCEIRA PROPRIETÁRIA e ANTÔNIO F. TELO, residente e domiciliado em 1ª FÉLIX ALVARES BARROS município Itajaíba de 1007593, inscrita no Cadastro Geral de 118.447.380-44, e inscrição estadual n.º 166, doravante denominado simplesmente de PARCEIRO CRIADOR, tem, entre si, justos e contratados de modo firme e valioso e seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O PARCEIRO CRIADOR é proprietário de um imóvel rural inscrito no INCRA sob o número xxxx, imóvel este que dispõe de galpões, com capacidade para criar até cabeças de aves, e registrado no cartório de imóveis de sob o n.º

CLÁUSULA SEGUNDA:

A PARCEIRA PROPRIETÁRIA, remeterá ao PARCEIRO CRIADOR, pintos de corte de um dia, de sua produção e propriedade, para que este em seu estabelecimento rural descrito acima, por si e/ou seus prepostos, empregando o manejo recomendado pela boa técnica avícola, crie ditos pintos até estes atingirem o peso e idade ideal para o abate, conforme necessidade do mercado.

PARÁGRAFO 1.º

Os pintos serão identificados pelo número do lote e conferidos em qualidade e quantidade no ato de entrega do PARCEIRO CRIADOR. Cada remessa será acompanhada de uma ficha de controle destinada ao registro de todas as ocorrências havidas com a criação do lote, inclusive o consumo de rações, medicamentos, cujo preenchimento será feito pelo PARCEIRO CRIADOR.

PARÁGRAFO 2.º

O PARCEIRO CRIADOR se compromete a não manter qualquer tipo de criação de aves em seu estabelecimento, a não ser a aqui prevista e contratada, autorizando desde já a PARCEIRA PROPRIETÁRIA a acompanhar e fiscalizar sempre que achar necessário, a criação e engorda do lote de aves objeto desta parceria.

Toda a ração, pintos e medicamentos, serão fornecidos pela PARCEIRA PROPRIETÁRIA, mediante a emissão de notas fiscais de remessa, de acordo com a necessidade, inclusive assistência técnica, para o bom desempenho e engorda das aves remetidas, correndo por sua conta as despesas com transporte daqueles insumos.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Pelos pintos de um dia, rações, medicamentos, insumos e dos frangos em criação, de propriedade da PARCEIRA PROPRIETÁRIA, o PARCEIRO CRIADOR, assume o compromisso de

<sup>43</sup> O sistema de integração é também chamado de parceria.



DEPOSITÁRIO destes bens "ut" art. 1265 do código Civil Brasileiro, até o momento em que for procedida a entrega das aves, devidamente criadas conforme o estabelecido na cláusula sexta.

**CLÁUSULA QUARTA:**

As aves em estado de criação previstas nos termos do presente contrato não poderão ser negociadas com terceiros, nem poderão ser dadas em garantia de penhor mercantil por qualquer das partes, sob pena da parte infratora responder pelas perdas e danos que vier a dar causa.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O PARCEIRO CRIADOR dispensará todos os cuidados necessários e indispensáveis à criação e terminação das aves da PARCEIRA PROPRIETÁRIA, ficando por sua exclusiva responsabilidade as seguintes despesas: manutenção e conservação dos galpões, das instalações e dos equipamentos devendo os mesmos estarem adequados às exigências técnicas; todas as despesas com água, luz, gás, com maravalha e assemelhados; as despesas com a mão de obra própria, de seus familiares, de funcionários e terceiros alocados à criação e os encargos previdenciários e trabalhistas, como também o funeral.

**CLÁUSULA SEXTA:**

Concluído o período de cria e terminação, o PARCEIRO CRIADOR devolverá à PARCEIRA PROPRIETÁRIA, as aves, recebendo à título de participação na Parceria, o resultado obtido através da fórmula de remuneração, constante no Anexo 1, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, da qual ambos os parceiros declaram expressamente, através deste instrumento, terem pleno conhecimento, correndo por conta da PARCEIRA PROPRIETÁRIA as despesas deste transporte.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

O PARCEIRO CRIADOR autoriza, desde já, à PARCEIRA PROPRIETÁRIA a descontar do seu crédito originário do manejo e criação dos pintos, devido por cada lote, o valor correspondente a maravalha entregue na sua propriedade, repassando-o ao fornecedor desta.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

A constatação de deficiência no manejo do plantel de aves, o descumprimento de normas técnicas, a utilização indevida de rações e/ou medicamentos fornecidos pela PARCEIRA PROPRIETÁRIA, ou a infigência de qualquer outra disposição contida neste contrato, será motivo bastante para a rescisão do mesmo, sem prejuízo, da apuração das eventuais perdas e danos.

**CLÁUSULA OITAVA:**

Fica assegurado ao PARCEIRO CRIADOR a sua participação neste contrato por tempo indefinido, e assim, a cada lote abatido se seguirão novos fornecimentos de pintos, com o intervalo suficiente para desinfecção e limpeza dos galpões, estas operações também, de encargo e ônus do PARCEIRO CRIADOR.

CLÁUSULA NONA:

A parte que não desejar mais a continuação do presente contrato de prazo indeterminado, por escrito, denunciará o mesmo por ocasião da saída de cada lote ainda remanescente, que ainda se encontrar a cargo da criação do PARCEIRO CRIADOR, sem que caiba qualquer tipo de indenização à qualquer das partes.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Procedido o aviso, cessará de imediato por parte da PARCEIRA PROPRIETÁRIA o fornecimento de pintos para criações nas condições deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA:

Se o PARCEIRO CRIADOR vender os frangos que lhe forem destinados para criação e engorda previstos neste Contrato à terceiros, a rescisão contratual ocorrerá de "pleno jure", imediatamente, sujeitando-se o PARCEIRO CRIADOR a uma multa igual ao preço das aves que deveriam ser entregues à PARCEIRA PROPRIETÁRIA. Para efeito de cálculo desta multa, considerar-se-ão as aves vendidas a terceiros e mais aquelas em estado de criação integrada em mãos do PARCEIRO CRIADOR, como se já estivessem prontas para o abate, ou seja, com o peso ideal já pactuado. Além da multa, deverá indenizar os prejuízos causados com o desaparecimento de "bens" vendidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O cálculo de multa será feito da seguinte maneira: O número de pintos entregues pela PARCEIRA PROPRIETÁRIA menos 3% (três por cento) – mortalidade normal prefixada – multiplicando por 02 kg(dois quilos) – peso normal de ave pronta multiplicado pelo preço do dia fixado pela ASGAV – Associação Gaúcha de Avicultura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O presente Contrato obrigará as partes e seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As partes elegem o Foro de Porto Alegre (RS) para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro.

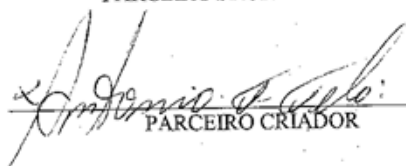
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente contrato com duas testemunhas adiante nomeadas, e que a tudo estiveram presentes, sendo as assinaturas em 2(duas) vias de igual teor, ficando cada uma das partes com uma das vias.

Porto Alegre, de de 200

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

PARCEIRO PROPRIETÁRIO

  
PARCEIRO CRIADOR

## ANEXO 1

## FÓRMULA DE PAGAMENTO INTEGRADO

As partes contratantes acordam, expressamente, que a PARCEIRA PROPRIETÁRIA pagará ao PARCEIRO CRIADOR por lote manejado e criado o valor obtido aplicando-se a seguinte fórmula:

- Média do custo do período menos a média do custo do pedido multiplicado pelo equalizador de setenta por cento (70%) acrescido da média de rendimento por quilo (mesmo tipo de frango), multiplicado pelo peso líquido do lote é igual ao valor bruto do pedido que descontado das vacinas, medicamentos, desinfetantes, funrural e outros, eventualmente, discriminados na planilha de acerto do PARCEIRO CRIADOR é igual ao valor líquido a pagar.

As partes entendem como MÉDIA DO CUSTO DO PERÍODO – a soma do valor nominal da ração consumida (somando ou diminuindo o valor de ração entrada, saída e/ou devolvida) somado ao valor dos pintos alojados, (mesmo tipo de frango), dividindo pelo peso líquido dos mesmos (peso total do abate menos quantidade de condenações);

As partes entendem como MÉDIA DO CUSTO DO PEDIDO – a soma do valor nominal da ração consumida pelo lote (somando ou diminuindo o valor de ração entrada, saída e/ou devolvida) somada ao valor nominal dos pintos recebidos, dividindo pelo peso líquido do lote (peso total do abate menos quantidade de condenações);

As partes entendem como mesmo tipo de frango para efeito de cálculo de pagamento como as aves do mesmo sexo, linhagem (Ross ou outros) e mesmo tipo de mercado (mercado interno ou externo), dentro da mesma semana do acerto;

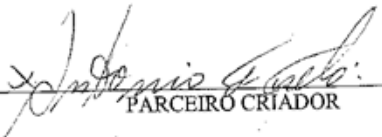
Porto Alegre, de de 200

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

PARCEIRO PROPRIETÁRIO

\_\_\_\_\_

  
PARCEIRO CRIADOR